

A POBREZA E A RIQUEZA DAS REGIÕES (*)

*Carlos Osório (**)*

Resumo: Esse texto parte da concepção de que o desenvolvimento é um processo que deve visar à satisfação das necessidades da população das várias regiões e, como tal, deve ser avaliado. Admite que é a riqueza que determina a pobreza, sendo a ocorrência e a natureza da pobreza determinadas, na prática, pela forma do processo de acumulação e de apropriação. São apresentados no texto os resultados regionais do processo de desenvolvimento desigual, refletidos nos quadros de distribuição de renda e riqueza, conferindo-se especial atenção à cauda inferior, onde se localizam a pobreza e a miséria mais degradantes, o desemprego e o desespero, pois as necessidades básicas aí estão longe de serem satisfeitas. Diversos contornos quantitativos são usados para operacionalizar o conceito de pobreza, tendo em vista o estudo de sua incidência diferenciada nas regiões e Estados do País. Também se investiga o tema da pobreza e distribuição da renda do ponto de vista das redes urbana e metropolitana, que na realidade espelham as condições das regiões onde estão inseridas. Investiga-se como a forte desigualdade inter-regional de renda e riqueza se projeta regionalmente, tanto nos padrões de consumo de bens duráveis quanto nos padrões de consumo de calorias e nutrientes.

(*) Este texto foi originalmente redigido para o Relatório 01 Estado Atual e Evolução Recente das Desigualdades Regionais no Desenvolvimento Brasileiro da Pesquisa sobre Desigualdades Regionais, que foi apresentado ao IPEA/IPLAN em outubro de 1977, em decorrência do Convênio celebrado entre aquele órgão e o CME-PIMES da Universidade Federal de Pernambuco. O Autor deseja assinalar seu agradecimento à valiosa colaboração de Ivan Targino Moreira, Jorge Jatobá e Yony Sampaio.

(**) Professor do Departamento de Economia e do CME-PIMES, UFPE.

INTRODUÇÃO

Visto que é fundamentalmente por meio da renda que se satisfazem as necessidades humanas e que estas não são satisfeitas — nem mesmo as mais fisiológicas — pela população brasileira da cauda inferior da distribuição de renda, este texto vai se ater a descrever o fenômeno das desigualdades de renda entre pobres e ricos nas várias regiões. O objetivo do texto é restrito: apresentar os resultados regionais do processo de desenvolvimento refletidos pelos quadros de apropriação da renda, de acordo com os dados não tão recentes do Censo de 1970 do IBGE e de algumas outras enquetes, como por exemplo, a PNAD do IBGE.

Embora se reconheça que o correto entendimento das relações sociais de produção seja essencial para se obter uma visão profunda do processo brasileiro de crescimento econômico recente, marcado por desequilíbrios tanto sociais quanto regionais, não se pretende buscar neste texto o entendimento das relações sociais que impingem os desequilíbrios. É mister, no entanto, evitar perder-se de vista na leitura dos dados de distribuição de renda, que é a riqueza que determina a pobreza. A ocorrência e a natureza da pobreza vêm, na prática, sendo determinadas pela forma do processo de acumulação e de apropriação. A riqueza é, de fato, alimentada pelos mecanismos sociais que tornam a incidência de pobreza ampla e abrangente nas várias regiões, como também determina a intensidade da pobreza, quando por exemplo comprime a renda dos pobres.

Dentro da concepção indicada, a silhueta da distribuição de renda representa tão-somente uma faceta de exteriorização de um processo bastante complexo.

No afã de representar as desigualdades de perfis distributivos, onde se ordenam dos mais pobres aos mais ricos, diversas abordagens podem ser desenvolvidas, dependendo dos pressupostos teóricos que determinam a funcionalidade das desigualdades dentro do processo de acumulação e apropriação, bem como do conceito que se explore sobre desigualdade, que não é entendida como a mesma coisa por todo analista, e, por conseguinte, dependendo também da maneira de operacionalização quantitativa do conceito de desigualdade.

Na operacionalização do conceito de desigualdade, as medidas embutem certo conteúdo normativo, pelo qual o analista de certo modo predeter-

TABELA 1
Repartição Regional da Força de Trabalho por Classes de Renda Mensal Acumulada - 1970

Especificação Regiões	ATÉ 100		ATÉ 150		ATÉ 200		ATÉ 250		ATÉ 300		ATÉ 400	
	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%
NORTE	231.052	2,5	512.370	3,9	645.888	3,7	694.923	3,7	764.074	3,7	802.316	3,6
Rondônia	3.333	0,03	8.039	0,1	13.974	0,1	16.739	0,1	21.735	0,1	24.236	0,1
Acre	14.561	0,2	27.654	0,2	36.687	0,2	40.927	0,2	46.553	0,2	50.032	0,2
Amazonas	62.187	0,7	136.911	1,0	173.841	1,0	186.567	1,0	204.132	1,0	213.606	0,9
Roraima	1.463	0,01	3.909	0,02	5.991	0,03	6.895	0,03	8.341	0,04	9.235	0,04
Pará	145.433	1,55	324.501	2,5	398.682	2,3	424.506	2,2	461.089	2,2	480.727	2,2
Amapá	4.075	0,04	11.356	0,1	16.713	0,1	19.289	0,1	22.224	0,1	24.480	0,1
NORDESTE	4.375.390	46,8	5.585.128	42,5	6.177.834	34,9	6.371.328	33,5	6.600.361	31,9	6.759.483	30,5
Maranhão	500.607	5,4	663.695	5,1	752.404	4,3	773.727	4,1	798.472	3,9	810.423	3,7
Piauí	294.779	3,2	342.771	2,6	362.483	2,0	368.085	1,9	374.931	1,8	379.465	1,7
Ceará	784.333	8,4	915.606	6,9	982.518	5,6	1.001.809	5,8	1.029.917	4,9	1.050.065	4,7
Rio G. do Norte	249.227	2,7	296.258	2,3	322.420	1,8	329.432	1,7	339.302	1,6	347.385	1,6
Paraíba	405.139	4,3	465.444	3,5	499.778	2,8	508.884	2,7	521.855	2,5	531.314	2,4
Pernambuco	698.630	7,5	958.278	7,3	1.078.659	6,1	1.126.918	5,9	1.178.555	5,7	1.219.860	5,5
Alagoas	248.585	2,7	333.487	2,5	366.674	2,1	378.127	1,9	389.222	1,9	397.817	1,8
Sergipe	133.964	1,4	173.358	1,3	193.917	1,1	200.286	1,1	207.038	1,0	212.115	0,9
Bahia	1.060.126	11,3	1.436.231	10,9	1.618.981	9,2	1.864.060	8,9	1.761.059	8,5	1.811.039	8,2
SUDESTE	3.113.789	33,3	4.413.982	33,6	6.940.340	39,2	7.673.028	40,4	8.623.042	41,7	9.600.408	43,3
Minas Gerais	1.561.050	16,7	1.929.102	14,7	2.455.160	13,9	2.587.057	13,6	2.744.769	13,3	2.864.327	12,9
Espírito Santo	162.292	1,7	223.540	1,7	310.498	1,8	326.008	1,7	345.729	1,8	358.939	1,6
Rio de Janeiro	257.507	2,7	387.710	2,9	743.983	4,2	832.047	4,4	949.404	4,6	1.083.481	4,9
Guanabara	130.365	1,4	226.769	1,7	525.588	2,9	626.325	3,3	757.888	3,7	927.454	4,2
São Paulo	1.002.575	10,7	1.646.861	12,5	2.905.111	16,4	3.301.591	17,4	3.825.252	18,5	4.366.207	19,7
SUL	1.150.046	12,3	1.785.136	13,6	2.886.169	16,3	3.167.340	16,6	3.491.131	16,9	3.756.874	16,9
Santa Catarina	166.215	1,8	262.805	2,0	461.190	2,6	513.642	2,7	570.200	2,8	613.462	2,8
Paraná	537.873	5,7	882.128	6,7	1.277.834	7,2	1.377.908	7,2	1.502.272	7,3	1.595.597	7,2
Rio Grande do Sul	445.958	4,8	640.203	4,9	1.147.145	6,5	1.275.790	6,7	1.418.659	6,9	1.547.815	6,9
CENTRO-OESTE	484.218	5,1	836.806	6,4	1.041.680	5,9	1.104.817	5,8	1.191.547	5,8	1.250.959	5,6
Mato Grosso	137.901	1,5	268.682	2,0	336.823	1,9	357.063	1,9	383.212	1,9	399.137	1,8
Goiás	324.083	3,5	534.021	4,1	636.346	3,6	665.676	3,5	707.246	3,4	730.315	3,3
D. Federal	22.234	0,2	34.104	0,3	68.511	0,4	82.078	0,4	101.089	0,5	121.507	0,5
BRASIL	9.354.495	100	13.133.422	100	17.691.911	100	19.011.436	100	20.670.155	100	22.170.040	100

FORNTE: Censo Demográfico - 1970.

TABELA 2
 Fração da Força de Trabalho nos Estratos de Baixa Renda, 1970 (como % da PEA)

Classes de Renda Regiões e UF.	ATÉ 100	ATÉ 150	ATÉ 200	ATÉ 250	ATÉ 300	ATÉ 400
BRASIL	31,7	44,5	59,9	64,4	70,0	75,1
NORTE	22,5	49,8	62,8	67,5	74,3	78,0
Rondônia	9,8	23,7	41,2	49,4	64,1	71,5
Acre	22,6	42,8	56,8	63,4	72,1	77,5
Amazonas	23,0	50,8	64,5	69,3	75,8	79,3
Roraima	12,7	34,0	52,2	60,1	72,7	80,5
Pará	23,4	52,3	64,3	68,4	74,3	77,5
Amapá	14,0	39,0	57,4	66,3	76,4	84,1
NORDESTE	52,4	67,1	74,2	76,5	79,3	81,2
Maranhão	51,4	68,2	77,3	79,5	82,0	83,3
Piauí	60,8	70,7	74,8	75,9	77,3	78,3
Ceará	64,0	74,7	80,2	81,7	84,0	85,7
Rio Grande do Norte	60,8	72,2	78,6	80,3	82,7	84,7
Paraíba	60,0	68,9	74,0	75,3	77,3	78,7
Pernambuco	46,4	63,7	71,7	74,9	78,3	81,1
Alagoas	51,5	69,1	76,0	78,3	80,6	82,4
Sergipe	50,4	65,3	73,0	75,4	77,9	79,9
Bahia	46,0	62,4	70,3	73,2	76,5	78,7

continua

TABELA 2 (continuação)
Fração da Força de Trabalho nos Estratos de Baixa Renda, 1970 (como % da PEA)

Classes de Renda Regiões e UF.	ATÉ 100	ATÉ 150	ATÉ 200	ATÉ 250	ATÉ 300	ATÉ 400
SUDESTE	23,6	33,4	52,5	58,0	65,3	72,7
Minas Gerais	45,1	55,7	70,9	74,7	79,3	82,8
Espírito Santo	35,4	48,8	67,8	71,2	75,5	78,4
Rio de Janeiro	18,6	28,1	53,9	60,3	68,8	78,4
Guanabara	8,5	14,8	34,2	40,8	49,3	60,4
São Paulo	15,7	25,8	45,6	51,8	60,0	68,5
SUL	21,2	32,9	53,2	58,3	64,3	69,2
Santa Catarina	18,8	29,8	52,3	58,2	64,6	69,5
Paraná	23,6	38,7	56,1	60,5	66,0	70,0
Rio Grande do Sul	19,6	28,2	50,5	56,2	62,5	68,2
CENTRO-OESTE	31,4	54,3	67,7	71,8	77,4	81,2
Mato Grosso	27,9	54,3	68,1	72,2	77,5	80,7
Goiás	37,4	61,6	73,4	76,8	81,6	84,3
Distrito Federal	12,5	19,1	38,4	46,0	56,7	68,1

FONTE: Censo Demográfico – 1970.

TABELA 3
Índice Relativo da Fração da Força de Trabalho nos Estratos de Baixa Renda, 1970

Classes de Renda Regiões e UF.	ATÉ 100	ATÉ 150	ATÉ 200	ATÉ 250	ATÉ 300	ATÉ 400
BRASIL	100	100	100	100	100	100
NORTE	71,0	111,9	104,8	104,8	106,1	103,9
Rondônia	30,9	53,2	68,8	76,7	91,6	95,2
Acre	71,3	96,2	94,8	98,4	103,0	103,2
Amazonas	72,5	114,1	107,7	107,6	108,3	105,6
Roraima	40,1	76,4	87,1	93,3	103,8	107,2
Pará	73,8	117,5	107,3	106,2	106,1	103,2
Amapá	44,2	87,6	95,8	102,9	109,1	112,0
NORDESTE	165,9	150,8	123,9	118,8	113,3	116,0
Maranhão	162,1	153,2	129,0	123,4	117,1	110,9
Piauí	191,8	158,9	124,9	117,8	110,4	104,3
Ceará	201,9	167,9	133,9	126,9	120,0	114,1
Rio Grande do Norte	191,8	162,2	131,2	124,7	118,1	112,8
Paraíba	189,3	154,8	123,5	98,4	110,4	104,8
Pernambuco	146,4	143,1	119,7	116,3	111,8	108,0
Alagoas	162,5	155,3	126,9	121,6	115,1	109,7
Sergipe	159,0	146,7	121,9	117,1	111,3	106,4
Bahia	145,1	140,2	117,4	113,7	109,3	104,8

continua

TABELA 3 (continuação)
Índice Relativo da Fração da Força de Trabalho nos Estratos de Baixa Renda, 1970

Classes de Renda Regiões e UF.	ATÉ 100	ATÉ 150	ATÉ 200	ATÉ 250	ATÉ 300	ATÉ 400
SUDESTE	74,4	75,0	87,6	90,1	93,3	96,8
Minas Gerais	142,3	125,2	118,4	116,0	113,3	110,2
Espírito Santo	111,7	109,7	113,2	110,6	107,9	104,4
Rio de Janeiro	58,7	63,1	90,0	93,6	98,3	104,4
Guanabara	26,8	33,2	57,1	63,3	70,4	80,4
São Paulo	49,5	58,0	76,1	80,4	85,7	91,2
SUL	66,9	73,9	88,8	90,5	91,8	92,1
Santa Catarina	59,3	67,0	87,3	90,4	92,3	92,5
Paraná	74,4	87,0	93,6	93,9	94,3	93,2
Rio Grande do Sul	61,8	63,4	84,3	87,3	89,3	90,8
CENTRO-OESTE	99,0	122,0	113,0	111,5	110,6	108,1
Mato Grosso	88,0	122,0	113,7	112,1	110,7	108,9
Goiás	118,0	138,4	122,5	119,2	116,6	112,2
Distrito Federal	39,4	42,9	64,1	71,4	81,0	90,7

FONTE: Censo Demográfico — 1970.

mina a análise.¹ Recomenda-se, inclusive, que as medidas convencionais sejam abandonadas em favor de considerações mais explícitas sobre as desigualdades.²

A forte incidência da pobreza no Brasil e, em especial, em algumas de suas regiões de padrões de vida baixíssimos e, conseqüentemente, com necessidades básicas longe de serem satisfeitas, ressalta que o extremo inferior da distribuição de renda merece atenção focal do analista, desde que ali se localiza a pobreza mais desesperadora, onde as necessidades insatisfeitas desafiam os conceitos biológicos de máximo de esforço físico e exaustão e o conceito de renda de subsistência, que seria o limite mínimo estritamente necessário para se poder extrair da força de trabalho o esforço realmente requerido no desempenho produtivo. Os contornos escolhidos aqui para operacionalizar o conceito de pobreza não são rígidos. Diversos limites são usados, a seguir, na esperança vã de que sejam complementares e respeitem o caráter dialético de pobreza "versus" riqueza.

1. Incidência de Pobreza

A incidência de pobreza absoluta pode ser constatada em termos da quantidade de pessoas na força de trabalho com remuneração abaixo da mínima, independente do sexo e da maioridade. Admitindo que o trabalho provido pela PEA socialmente, mesmo o de menores e de mulheres, inclusive empregadas domésticas, não deva ser vilmente remunerado, o limite de até Cr\$ 100 de remuneração monetária mensal para a força de trabalho representa um critério de remuneração abaixo da mínima, haja vista que é cerca de 30% inferior ao menor salário mínimo no País no ano de 1970.

Esse segmento de sub-remuneração da PEA continha no Nordeste 4,4 milhões de pessoas, pouco abaixo da metade de todas as pessoas nesse segmento em todo o Brasil. O Sudeste, com mais de três milhões, detinha um terço desse subgrupo da PEA no País, enquanto o Sul ultrapassando um milhão, apropriava 12%, o Centro-Oeste quase atingia meio milhão, com 5,1%, e o Norte com duzentos e trinta mil, só participava com 2,5% do total

¹ Vide, a propósito, sobre as propriedades dos índices sumários de concentração de Gini, de Theil etc, especialmente o capítulo dois de SEN, Amartya. *On Economic Inequality*, Oxford University Press, 1973.

² Vide, ATKINSON, A. B. "On the Measurement of Inequality", *Journal of Economic Theory*. Vol. 2, no. 3, set. 1970.

do segmento para o País. Essas frações, salvo no caso nordestino, são inferiores às taxas regionais de alocação da força de trabalho nacional (vide Tabela 3.1). Isto é, no Nordeste a pobreza é tão ampla que se torna desproporcional em relação à força de trabalho. Comparando apenas as regiões Nordeste e Sudeste, a incidência regional de pobreza (46,8% no NE e 33,3% no SE) se associa inversamente com a alocação regional da força de trabalho nacional (28,3% no NE e 44,7% no SE). As taxas se revertem, aproximadamente, ressaltando a pobreza do Nordeste. Dentro do Sudeste, a importância quantitativa de Minas Gerais é muito grande, dado que era o Estado brasileiro de maior frequência absoluta de pessoas da PEA com remuneração menor do que Cr\$ 100, com um milhão e meio de pessoas, comportando cerca da metade do segmento em todo o Sudeste. São Paulo também se distingue entre os Estados, juntamente com a Bahia, vez que contavam com volumes aproximados, cada qual com cerca de um milhão de pessoas no segmento inferior ao mínimo de até Cr\$ 100.

A pobreza intra-regional reflete-se na fração da PEA regional, que se encontra nos estratos de mais baixa renda. Tomando o mesmo limite de Cr\$ 100, para designar a pobreza absoluta, observa-se na Tabela 2 que só no Nordeste, entre todas as cinco regiões, mais de metade da PEA está contida naquele segmento abaixo do mínimo, sendo que as taxas referentes aos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba alcançam sessenta por cento ou mais. No Centro-Oeste, a taxa supera os trinta por cento e nas demais regiões fica em torno dos vinte e dois por cento.

Vale, então, confirmar que a pobreza absoluta incide amplamente em todas as regiões do país, mas, especialmente, no Nordeste, tanto na alocação inter-regional dos pobres do país, no critério de até Cr\$ 100, quanto na distribuição intra-regional de renda.

Embora não se postule a equivalência da renda de Cr\$ 150 no Norte e Nordeste à de Cr\$ 200 nas demais regiões, por conveniência determinada pela estratificação da remuneração mensal da PEA disponível nos resultados divulgados do Censo de 1970, pode-se comparar a incidência de pobreza em setores selecionados da PEA, utilizando os limites de Cr\$ 150 no Norte e Nordeste e de Cr\$ 200 no Sudeste, Sul e Centro-Oeste (vide Tabelas 4 e 5). Está sendo considerado que os maiores salários mínimos regionais eram determinados no Norte e Nordeste dentro do intervalo de Cr\$ 100 a Cr\$ 150 e, nas outras regiões, no intervalo de Cr\$ 150 a Cr\$ 200. Os dois setores selecionados da PEA são o setor de alto dinamismo no produto, que é a Indús-

TABELA 4
Fração (em %) das Pessoas de Baixa Renda Ocupadas na
Indústria de Transformação e Construção Civil e na Prestação
de Serviços sobre o Total de Pessoas Ocupadas nos Respectivos Setores, 1970

Especificação Regiões e Estados	Indústria de Transformação e Construção Civil (%)	Prestação de Serviços (%)
BRASIL	54,5	85,4
NORTE	45,0	88,5
Rondônia	15,9	75,0
Acre	32,2	86,9
Amazonas	42,5	86,4
Roraima	18,5	19,4
Pará	50,0	89,9
Amapá	30,1	87,6
NORDESTE	66,0	92,7
Maranhão	64,6	93,7
Piauí	79,1	96,0
Ceará	79,3	93,6
Rio Grande do Norte	69,3	90,0
Paraíba	68,8	91,8
Pernambuco	59,1	91,6
Alagoas	64,1	93,1
Sergipe	69,7	92,5
Bahia	59,0	91,3
SUDESTE	48,8	81,0
Minas Gerais	70,2	95,2
Espírito Santo	72,9	95,9
Rio de Janeiro	48,3	27,6
Guanabara	40,0	85,6
São Paulo	43,0	84,5
SUL	60,7	91,2
Santa Catarina	63,8	90,7
Paraná	57,4	91,1
Rio Grande do Sul	61,6	91,4
CENTRO-OESTE	63,4	92,9
Mato Grosso	62,8	93,7
Goiás	72,4	94,3
Distrito Federal	44,8	88,9

FONTE: Censo Demográfico — 1970.

NOTA: Os dados relativos às regiões Norte e Nordeste foram calculados com o limite superior fixado em Cr\$ 150,00 e os relativos às regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste com o limite superior fixado em Cr\$ 200,00. O salário mínimo para as duas primeiras regiões está contido na classificação de Cr\$ 101-150 e nas três últimas na classe de Cr\$ 151-200 (dados de 1970).

TABELA 5
Índice Relativo da Fração das Pessoas de Baixa Renda Ocupadas
na Indústria de Transformação e Construção Civil e na Prestação
de Serviços sobre o Total de Pessoas Ocupadas nos
Respectivos Setores – 1970
(BRASIL = 100)

Regiões e Estados	Indústria de Transformação e Construção Civil	Prestação de Serviços
BRASIL	100	100
NORTE	82,6	103,6
Rondônia	29,2	87,8
Acre	59,1	101,7
Amazonas	78,0	101,2
Roraima	33,9	93,0
Pará	91,7	105,3
Amapá	55,2	102,6
NORDESTE	121,1	108,5
Maranhão	118,5	109,7
Piauí	145,1	112,4
Ceará	145,5	109,6
Rio Grande do Norte	127,1	105,4
Paraíba	126,2	107,5
Pernambuco	108,4	107,2
Alagoas	117,6	109,0
Sergipe	127,9	108,3
Bahia	108,2	106,9
SUDESTE	89,5	94,8
Minas Gerais	128,8	111,5
Espírito Santo	133,8	112,3
Rio de Janeiro	88,6	32,3
Guanabara	73,4	100,2
São Paulo	78,9	98,9
SUL	111,4	106,8
Santa Catarina	117,1	106,2
Paraná	105,3	106,7
Rio Grande do Sul	113,0	107,2
CENTRO-OESTE	116,3	108,8
Mato Grosso	115,2	109,7
Goiás	132,8	110,4
Distrito Federal	82,2	104,1

FONTE: Censo Demográfico – 1970.

NOTA: Os dados relativos às regiões Norte e Nordeste foram calculados com o limite superior fixado em Cr\$ 150,00 e os relativos às regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste com o limite superior fixado em Cr\$ 200,00. O salário mínimo para as duas primeiras regiões está contido na classe de Cr\$ 101-150 e nas três últimas na classe de Cr\$ 151-200 (dados de 1970).

TABELA 6
Repartição Regional da Força de Trabalho Total do País e dos Estratos de Alta Renda, 1970

Especificação	De 1.001 a 1.500		De 1.501 a 2.000		De 2.000 e mais		PEA TOTAL	
	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%	Números Absolutos	%
Regiões e Estados								
NORTE	8.079	1,9	4.443	1,8	4.899	1,6	1.028.660	3,4
Rondônia	415	0,1	176	0,1	260	0,1	33.903	0,1
Acre	306	0,1	202	0,1	211	0,1	64.540	0,2
Amazonas	2.208	0,5	1.229	0,5	1.505	0,5	269.333	0,9
Roraima	223	0,1	89	0,03	67	0,02	11.466	0,03
Pará	4.632	1,1	2.605	1,1	2.681	0,9	620.314	2,1
Amapá	295	0,1	142	0,1	175	0,1	29.104	0,1
NORDESTE	42.661	10,2	20.445	8,3	32.613	10,8	8.353.442	28,3
Maranhão	1.945	0,5	1.153	0,5	857	0,3	973.160	3,3
Piauí	1.279	0,3	340	0,1	962	0,3	484.666	1,7
Ceará	5.820	1,4	3.321	1,3	3.288	1,1	1.255.440	4,2
Rio Grande do Norte	2.034	0,5	1.158	0,5	1.136	0,4	410.111	1,4
Paraíba	2.386	0,6	1.343	0,5	1.360	0,5	675.409	2,3
Pernambuco	11.062	2,7	2.653	1,1	12.885	4,3	1.504.803	5,1
Alagoas	2.258	0,5	1.185	0,5	1.341	0,4	482.574	1,6
Sergipe	1.334	0,3	690	0,3	721	0,2	265.582	0,9
Bahia	14.543	3,5	8.602	3,5	10.063	3,3	2.301.697	7,7
SUDESTE	289.122	69,4	171.115	69,4	216.014	71,8	13.207.358	44,7
Minas Gerais	31.552	7,6	19.237	7,8	20.624	6,9	3.460.615	11,7
Espírito Santo	3.823	0,9	2.021	0,8	2.261	0,8	457.787	1,5
Rio de Janeiro	19.676	4,7	10.006	4,1	9.786	3,3	1.380.517	4,7
Guanabara	72.227	17,3	42.451	17,2	58.864	19,6	1.535.597	5,2
São Paulo	161.844	38,8	97.400	39,5	124.479	41,4	6.372.842	21,6
SUL	60.043	14,4	40.362	16,4	35.596	11,8	5.427.918	18,4
Santa Catarina	6.856	1,6	10.510	4,3	3.929	1,3	882.229	3,0
Paraná	20.315	4,9	11.583	4,7	12.174	4,0	2.276.754	7,7
Rio Grande do Sul	32.872	7,9	18.269	7,4	19.493	6,5	2.268.935	7,7
CENTRO-OESTE	16.858	4,1	9.998	4,1	11.901	4,0	1.539.499	5,2
Mato Grosso	4.010	1,0	2.490	1,0	2.895	0,9	494.503	1,7
Goiás	6.218	1,5	3.928	1,6	4.338	1,4	866.685	2,9
Distrito Federal	6.630	1,6	3.580	1,6	4.668	1,6	178.311	0,6
BRASIL	416.763	100	246.363	100	301.023	100	29.556.877	100

FONTE: Censo Demográfico - 1970.

tria (formada pela Indústria de Transformação e a Indústria de Construção Civil) e o setor onde se espraia a pobreza urbana mais intensa e cuja remuneração monetária média é a mais baixa entre todos os setores não-agrícolas: o de Prestação de Serviços. A proporção de pobreza, tal como está delimitada, agora, na PEA da Indústria é bem maior no Nordeste (com 66%) do que em todo o Sudeste (pouco menos de 50%) ou em todo o Sul (quase 61%) ou mesmo em todo o Centro-Oeste (quase 64%), mas não é superior à taxa no Sudeste periférico composto por Minas Gerais e Espírito Santo (ultrapassa os 70%). No Sudeste nuclear, composto pelos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, a taxa ultrapassa os 40% e, portanto, é bem menor do que no Sudeste periférico. No caso do Setor de Prestação de Serviços, a taxa de pobreza no Nordeste (maior do que noventa por cento) aproxima-se das taxas do Sul e do Centro-Oeste, todas superando a taxa no Sudeste (pouco mais de oitenta por cento). No Sudeste periférico, porém, a taxa atinge a marca dos noventa e cinco por cento.

Na alocação regional da força de trabalho nacional em 1970, por segmento de renda (vide Tabela 6), a importância relativa do Nordeste é inversamente proporcional ao nível de renda do segmento, ao contrário do Sudeste. No entanto, convém salientar que a proporção do Sudeste cresce para os níveis de renda mais altos, não por causa do aumento de importância do Sudeste periférico, que de fato observa a mesma tendência supramencionada para o Nordeste — perdendo sistematicamente posição à medida que se incluem os segmentos de renda mais altos — mas por causa da crescente importância do Sudeste nuclear.

A riqueza se concentra no Sudeste nuclear, região onde residia cerca de sessenta por cento da PEA dos segmentos de renda mais altos, de mais de Cr\$ 1.000 mensais, em 1970 (vide Tabela 6). Menos de nove por cento residia no Sudeste periférico, aproximando-se da cifra dos ricos do Nordeste. Contrastando a repartição regional da PEA total e da PEA dos três segmentos de renda mais altos (“de Cr\$ 1.001 a 1.500”, “de Cr\$ 1.501 a 2.000” e “de Cr\$ 2.001 e mais”), observa-se a desproporção da concentração dos ricos no Sudeste nuclear em relação à disponibilidade e utilização nesta região da força de trabalho nacional. Em contraposição, o Nordeste dispõe de quase um terço da PEA nacional e apenas em torno de um décimo da PEA rica.

Redefinindo o limite de pobreza para incluir todo o estrato acumulado da PEA até Cr\$ 150, verifica-se que, dentro desse limite, o Norte continha a metade da sua PEA, o Centro-Oeste passava da metade da sua PEA, o Sul e o Sudeste cada qual atingiu um terço de sua PEA, mas o Nordeste alcançava

dois terços da sua PEA. Considerado o limite de pobreza de Cr\$ 200, que ultrapassava os valores do salário mínimo em todas as regiões, a frequência acumulada atingia três quartos da PEA do Nordeste, dois terços da do Centro-Oeste, três quintos da do Norte e passava da metade no Sul e no Sudeste (vide Tabela 2). Em termos do País como um todo, a pobreza como está agora delimitada, atingia sessenta por cento de toda a PEA. Tendo a média nacional por referência, o índice relativo do Nordeste era de 123,9% e o de São Paulo de 76,1% (vide Tabela 3). Ainda expandindo o limite de pobreza, passando-o para Cr\$ 300, valor que pertence ao intervalo formado pelo duplo do maior salário mínimo de cada grande região — o do Norte era o menor e o do Centro-Oeste (Brasília) era o maior entre as cinco regiões, — os dados revelam (na Tabela 3) que o índice relativo de incidência intra-regional de pobreza, em termos da proporção de pobres na PEA do Brasil, cai no Nordeste de 165,9% (até Cr\$ 100) para 113,3% (até Cr\$ 300); declinou também em Minas Gerais de 142,3% para 113,3%, mas sobe no Sudeste de 74,4% para 93,3%. A proporção contida até a remuneração mensal de Cr\$ 300 na PEA brasileira era de setenta por cento, enquanto a da PEA nordestina alcançou os oitenta por cento, tal como na do Estado de Minas Gerais, e a do Sul e a do Sudeste atingiram perto de sessenta e cinco pontos. Essas proporções que mostram como a pobreza estava disseminada em todo o País em 1970, se correlacionam e mantêm o mesmo ordenamento dos dados da PNAD para 1972 (vide Tabela 7), que se referem ao percentual dos domicílios com rendimento monetário até dois salários mínimos sobre o total de domicílios. Estes dados mostram o alto índice de 84,4% no Nordeste (atingindo nesta região a incrível cifra de 94% no setor rural). Dentro do Sudeste há uma grande discrepância entre Rio e São Paulo, de um lado (Regiões I e II), e, do outro lado, Minas Gerais e Espírito Santo (Região IV). A taxa da Região IV, com quase setenta por cento, é aproximadamente o dobro da média das Regiões I e II. Na Região Sul a taxa é de 56,2%. A Região Norte e a Centro-Oeste não estão contempladas nesses dados da PNAD. Os dados do Distrito Federal revelam um percentual de domicílios com rendimentos monetários até dois salários mínimos, ainda menor do que nos Estados do núcleo econômico nacional: Rio e São Paulo. O Distrito Federal forma então com os Estados do Rio e de São Paulo, o “trio da riqueza”, ou, mais precisamente, o trio de menor incidência de pobreza no Brasil.

Na hierarquia (excluídas as regiões Norte e Centro-Oeste) de menor para a maior incidência de pobreza intra-regional, constata-se o seguinte ordenamento:

TABELA 7

Percentagem dos Domicílios com Rendimentos Monetários até 2 Salários Mínimos

Sobre o Total de Domicílios (Total Urbano e Rural) – 1972

REGIÃO	TOTAL	URBANO	RURAL
Região I (RJ + GB)	38,7	34,6	78,5
Região II (SP)	33,6	28,5	60,4
Região III (SUL)	56,2	41,9	70,8
Região IV (MG + ES)	69,4	57,2	85,9
Região V (NE)	84,4	72,1	94,0
Região VI (DF)	33,0	31,8	66,6
SUDESTE (Regiões: I, II e IV)	45,3	36,4	76,5

FONTE: PNAD – 1972.

TABELA 8
Produto "Per Capita" Total por Unidade da Federação e Regiões:
1949, 1959 e 1970
(Preços Correntes)

Especificação Regiões	Produto "Per Capita" Total (CR\$/Habitante)		
	1949 *	1959 *	1970
Rondônia	—	20,9	1.447,6
Acre	—	14,2	969,0
Amazonas	3,0	14,8	1.106,8
Roraima	—	11,4	1.101,8
Pará	1,7	13,1	756,1
Amapá	—	28,9	1.475,6
NORTE	1,9	14,2	909,8
Maranhão	0,89 ^b	7,6 ⁻⁸	433,4 ⁻⁹
Piauí	0,83 ⁴	4,8 ⁻⁴	344,2 ⁻⁹
Ceará	1,3 ⁵	8,8 ⁻⁴	528,4 ⁶
Rio Grande do Norte	1,8 ²	12,2 ⁻⁴	563,1 ⁵
Paraíba	1,5 ⁴	15,1 ⁻¹	486,9 ⁷
Pernambuco	2,3 ⁻¹	14,8 ⁻²	900,6 ¹
Alagoas	1,6 ³	9,8 ⁻⁵	648,9 ³
Sergipe	1,8 ²	11,1 ⁻³	635,2 ⁴
Bahia	1,5 ⁴	13,2 ⁻³	717,1 ²
NORDESTE	1,6	11,6	634,5
Minas Gerais	2,7	14,5	1.115,5
Espírito Santo	3,0	12,2	1.074,4
Rio de Janeiro	4,3	26,5	1.594,3
Guanabara	12,8	75,1	4.228,8
São Paulo	8,2	53,4	3.385,3
SUDESTE	6,2	38,2	2.515,1
Paraná	4,0	24,0	1.210,9
Santa Catarina	3,3	20,2	1.451,8
Rio Grande do Sul	4,3	28,0	2.047,0
SUL	4,0	25,2	1.591,1
Mato Grosso	3,1	16,3	1.067,8
Goiás	1,5	14,5	821,1
Distrito Federal	—	—	2.603,5
CENTRO-OESTE	2,0	14,4	1.087,6
BRASIL	4,2	27,8	1.795,4

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil — 1974, pg. 43 e Centro de Contas Nacionais da F.G.V. — Separata da Revista Conjuntura Econômica (julho, 1977).

(*) População para 1949 e 1959 estimada através da taxa geométrica anual calculada com base nas populações censitárias de 1940, 1950 e 1960. Para o produto "per capita" total dividiu-se a renda interna dos setores agricultura, serviços e indústria pela população total.

- . Distrito Federal mais Sudeste nuclear;
- . Sul;
- . Sudeste periférico;
- . Nordeste.

Esta mesma hierarquia é também constatada por meio do critério de renda "per capita" (produto interno segundo os dados revisados das contas nacionais dividido por população residente, em 1970 (vide Tabela 8), bem como pelos cálculos de remuneração média da PEA de 1970 realizados por Ramonaval Costa).³ As regiões não-incluídas na hierarquia supramencionada, que são as de relativo vazio econômico (Norte, Mato Grosso e Goiás, exceto o Distrito Federal), têm renda "per capita" inferior ao Sudeste periférico e superior ao Nordeste (vide Tabela 8); mas, baseando-se nos cálculos de Ramonaval Costa sobre remuneração média da PEA, superam o Sudeste periférico.

Examinando os dados da Tabela 8, chega-se à conclusão que, pelo critério da renda "per capita", a mesma hierarquia das regiões se manteve na evolução de 1949 a 1959 a 1970:

- . Sudeste nuclear;
- . Sul;
- . Sudeste periférico;
- . Centro-Oeste;
- . Norte;
- . Nordeste.

Há disponibilidade de dados para se calcular por região a remuneração média da PEA em 1960 e 1970, como fez Langoni (vide Tabela 9), que confirma a hierarquia regional supramencionada. De acordo com seus cálculos, porém, o Nordeste teria acréscimo de remuneração média menor do que o Brasil como um todo, menor do que São Paulo, equivalente ao Rio de Janeiro e superior às regiões de relativo vazio demográfico.

³ COSTA, Ramonaval Augusto. *Size Income Distribution of Brazil in 1970 – a Cross Section Analysis of Income Distribution by Occupations*. Dissertação Doutoral apresentada em 1975 à Vanderbilt University (inédita). No prelo a tradução para o português.

TABELA 9
 Evolução Regional da Remuneração Média da PEA
 1960/70

ANOS	BRASIL	RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	SUL	SE Periférico	NORDESTE	NORTE E CENTRO-OESTE
1960	206	334	283	228	169	177	216
1970	282	448	426	271	205	157	238
70/60	37%	34%	50%	19%	21%	34%	10%

FONTE: LANGONI, C. G. Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico no Brasil, Ed. Expressão e Cultura, Rio, 1973 (vide pág. 172, Tabela 7.8).

TABELA 10
Ordenamento dos Estados Brasileiros

CRITÉRIO ANO ORDENAMENTO	PRODUTO "PER CAPITA"		REMUNERAÇÃO MÉDIA DA PEA	
	1949	1959	1960	1970
1	RJ	SP	SP	RJ
2	SP	RJ	RJ	SP
3	RS	RS	RS	RS
4	PR	PR	SC	SC
5	SC	SC	PR	PR
6	MT	MT	MG	AM
7	AM	PB	ES	MT
8	ES	AM	MT	PA
9	MG	PE	AM	ES
10	PE	MG	PE	MG
11	RN	GO	GO	GO
12	SE	BA	PA	PE
13	PA	PA	BA	BA
14	AL	ES	AL	ES
15	BA	RN	SE	AL
16	GO	SE	RN	RN
17	PB	AL	CE	CE
18	CE	CE	PB	MA
19	MA	MA	MA	PB
20	PI	PI	PI	PI

FONTE: Vide Tabela 8 para produto "per capita" e Ramonaval COSTA, op. cit., para remuneração média da PEA.

Obs: 1) No caso da remuneração média, a sigla AM representa os Estados de Amazonas e Acre e os territórios de Roraima e Rondônia, e a sigla PA representa o Estado do Pará e o território do Amapá.

2) De acordo com o critério de remuneração média da PEA, o Distrito Federal é a unidade mais alta e, de acordo com o critério de renda "per capita", estaria logo abaixo de São Paulo e Rio.

2. Ordenamento dos Estados

Examinando na Tabela 10 a evolução histórica, surpreende a imensa queda de posição do Espírito Santo no período 49/59 e posterior retomada de posição. Estranham-se os dados para a Paraíba, que a colocam em grande destaque em 1959. Segundo os cálculos revisados, publicados na Revista Conjuntura Econômica (julho 1977), sobre a repartição do produto por setor, esse Estado teria produto agrícola muito superior ao do Estado de Pernambuco, o que pode sugerir suspeita de ter havido algum engano.

Na evolução histórica, os cinco Estados mais ricos compõem o mesmo conjunto para os três anos referidos. Os dois mais ricos compõem o Sudeste nuclear e os outros três a região Sul. Os dois Estados mais pobres são os do Nordeste Setentrional.

Olhando os dois ordenamentos para o ano de 1970, o grupo dos cinco Estados mais ricos é do Sudeste (os dois primeiros) ou do Sul (os três seguintes). O Distrito Federal forma, com o eixo composto pelos dois Estados mais ricos, o trio mais abastado, cujos valores se distanciam do segundo trio (Região Sul), onde se ressaltam os dados do Rio Grande do Sul, bem superiores aos dos outros dois Estados sulistas.

Os oito Estados mais pobres são todos do Nordeste. O único Estado nordestino não-pertencente ao conjunto dos oito mais pobres é Pernambuco, que se situa no 9o. lugar do mais pobre para o mais rico, pelo critério de remuneração média da PEA, e em 11o. pelo critério de renda "per capita".

Situado entre os Estados do Sul e do Nordeste (salvo Pernambuco), o intervalo mediano é o que mais sofre permutações entre os dois ordenamentos de Estados. Porém, ao não se considerarem os Estados de quase vazio econômico do Norte e do Centro-Oeste, ambos os ordenamentos apresentariam o Sudeste periférico acima de Pernambuco, que viria logo acima dos demais Estados nordestinos.

Ao se restringir apenas ao critério de renda "per capita", a hierarquia fica assim estabelecida: trio nuclear (SP + RJ + DF), trio sulista, Sudeste periférico, Pernambuco — na mediana da hierarquia, cercado pelos Estados de vazio econômico do Norte e do Centro-Oeste — e, finalmente, o Nordeste (afora PE, o primaz é a BA e os últimos são os Estados do Nordeste Setentrional: MA e PI).

Visto que o percentual intra-regional da Pea com remuneração até Cr\$ 100 (exclusive os “sem rendimentos”) era consideravelmente alto nas regiões, especialmente na região mais pobre — o Nordeste —, não é surpreendente constatar que, na hierarquia de regiões ou de Estados por aquele critério, haja alta correlação com a hierarquia pelo critério de renda “per capita” ou pelo critério de remuneração média da PEA (compare-se a Tabela 2 com a 10).

3. A PEA sem Rendimentos

A renda “per capita”, sendo uma média, embora considere a parcela da força de trabalho sem rendimentos, não pode explicitá-la. Para o Censo de 1970, na parcela dos “sem rendimentos” da PEA constaram tanto as pessoas que auxiliavam o trabalho de outras pessoas da família sem, no entanto, receberem remuneração, quanto as que nesta condição trabalhavam para instituições religiosas e beneficentes, bem como as que procuravam emprego pela primeira vez.

É mister observar que o trabalho, visto como uma relação social do modo capitalista de produção, se caracteriza por assalariamento, quer por tempo (salário que se refere ao “input” de trabalho contado em horas por dia e/ou por semana e/ou por mês) quer por tarefa (salário que se refere ao “output” físico do trabalho, como por exemplo o corte de uma tonelada de cana-de-açúcar)⁴. No caso das instituições religiosas e beneficentes que não visem ao lucro, o trabalho não estaria subordinado às relações de produção capitalistas. Também assim seria caracterizado o trabalho das pessoas que, sem remuneração, auxiliam outras pessoas da família, com o objetivo de garantirem a subsistência e não com o objetivo de lucro e reprodução capitalistas.

O coeficiente de correlação (de Pearson) entre a parcela da PEA sem remuneração e a variável renda “per capita” por unidades federativas é baixo e negativo ($r = -0,54$), e, menor ainda, se calculado para as regiões ($r = -0,375$), chamando a atenção para o fato de que a parcela da PEA sem remuneração, contida em cada uma das unidades federativas, pode ser grande ou pequena e um tanto independente da hierarquia das unidades federativas com respeito à renda “per capita”. Assim, a parcela é baixa em Estados ricos, como Rio e São Paulo, mas é muito alta nos Estados do Sul, como também

⁴ Vide, a propósito, CONZALEZ, Élbio e BASTOS, Maria Inês. O Trabalho Volante na Agricultura Brasileira. In: *Capital e Trabalho no Campo*, organizado por Jaime Pinsky, Coleção Estudos Brasileiros no. 7, Ed. Hucitec, São Paulo, 1977.

TABELA 11
Fração da Força de Trabalho sem Rendimentos e Percentagem das
Pessoas com Rendimentos Monetários em Estratos de Baixa Renda
Sobre o Total das Pessoas com Rendimentos

REGIÕES	Até 100	Até 150	Até 200	Sem Rendimentos
BRASIL	35,1	49,3	66,4	9,7
NORTE	25,6	56,8	71,6	12,3
Rondônia	10,5	25,2	43,8	6,0
Acre	26,5	50,4	66,9	15,0
Amazonas	26,0	57,2	72,6	11,1
Roraima	13,4	35,8	54,8	4,6
Pará	27,1	60,5	74,3	13,5
Amapá	14,5	40,4	59,5	3,5
NORDESTE	60,0	76,5	84,7	12,3
Maranhão	59,4	78,8	89,5	13,5
Piauí	74,2	86,9	91,9	18,6
Ceará	72,0	84,1	90,2	11,1
Rio G. do Norte	79,4	80,0	87,1	9,7
Paraíba	69,2	79,5	85,4	13,3
Pernambuco	51,3	70,4	79,2	9,5
Alagoas	58,1	78,0	85,7	11,4
Sergipe	58,4	75,5	84,5	13,6
Bahia	53,1	71,9	81,0	13,2
SUDESTE	24,7	35,0	55,1	4,6
Minas Gerais	48,5	59,9	76,3	7,0
Espírito Santo	40,4	55,6	77,3	12,3
Rio de Janeiro	19,2	28,9	55,4	2,7
Guanabara	8,6	14,9	34,6	1,2
São Paulo	16,4	26,9	47,4	3,9
SUL	26,0	40,4	65,3	18,6
Santa Catarina	23,4	37,1	72,4	19,6
Paraná	29,3	48,0	69,6	19,4
Rio G. do Sul	23,8	34,2	61,2	17,4
CENTRO-OESTE	33,8	58,4	72,7	6,9
Mato Grosso	30,9	60,2	75,5	9,7
Goiás	40,0	65,9	78,5	6,5
Distrito Federal	12,6	19,4	38,9	1,2

FONTE: Censo Demográfico – 1970

Os maiores salários mínimos regionais para 1970 foram, segundo o Anuário Estatístico do Brasil, 74:

Norte	—	134,00
Nordeste	—	144,00
Sudeste	—	187,20
Sul	—	170,40
Centro-Oeste	—	177,60

no Piauí (vide Tabela 11). No Brasil, a parcela da PEA sem rendimentos é de quase um décimo da PEA total. Perto dessa marca ficam as regiões Norte e Nordeste, cada qual com doze pontos percentuais. No Centro-Oeste e, especialmente, no Sudeste, as parcelas são relativamente baixas, ao contrário do Sul onde é bastante alta e até bem maior do que no Norte e no Nordeste. O índice para o Estado do Rio Grande do Sul quase atinge o duplo do índice para o Brasil, porém tal marca é alcançada pelos Estados do Paraná e de Santa Catarina (vide Tabela 11). Certamente os modos de produção de cada unidade federativa têm a ver com a parcela de PEA sem remuneração, especialmente quando se trata de agricultura de subsistência, que utiliza amplamente mão-de-obra feminina e/ou de menor idade.

4. Índices Sumários de Concentração de Renda

Hierarquizando-se os Estados ou as regiões por um critério sumário de desigualdade de renda do tipo Gini ou Theil, não se comprova a hipótese de que tanto mais rico o Estado menor será o grau de desigualdade de renda⁵ e ⁶. Tal hipótese é associada ao nome do Prof. S. Kuznets, que a formulou originalmente para países⁷. Entretanto, para Adelman e Morris, o nível de desigualdade não é determinado pela renda "per capita"⁸. Para essas duas autoras, o crescimento econômico não implica necessariamente aumentar a fatia de renda dos segmentos mais pobres da população. No debate das duas posições, Paukert deu suporte à teoria de Kuznets, utilizando o seguinte artifício estatístico⁹: classificou os países entre vários estratos de renda "per

⁵ Ramonaval, op. cit.

⁶ LANGONI, Carlos Geraldo. *Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico do Brasil*. Ed. Expressão e Cultura, Rio 1973.

⁷ KUZNETS, Simon. "Economic Growth and Income Inequality". *The American Economic Review*, XLV, março 1955, e ainda: "Quantitative Aspects of the Economic Growth of Nations: Distribution of Income by Size", *Economic Development and Cultural Change*, XI, parte II, jan., 1963.

⁸ ADELMAN, Irma e MORRIS, Cynthia Taft. *Economic Growth and Social Equity in Developing Countries*, Stanford Univ. Press, 1973.

⁹ PAUKERT, Felix. "Income Distribution at Different Levels of Development: A Survey of Evidence", *International Labour Review*, 108, ago-set., 1973.

capita" e tirou a média aritmética dos índices de Gini para cada estrato de renda "per capita", construindo sobre o eixo da renda "per capita" uma parábola com máximo ("U" invertido). Ramonaval Costa questionou o formato da curva com um artifício alternativo: classificou os países por estratos de coeficientes de Gini e tirou a média das rendas "per capita".

Uma importante conclusão da tese de Ramonaval Costa¹⁰ é que, na análise de regressão para os Estados brasileiros, o número de anos de escolaridade e o grau (coeficiente de variação) de desigualdade de escolarização tiveram correlação parcial positiva com o grau de desigualdade de renda (Gini), contrariando a visão antiga de que quanto mais educada fosse a região menor seria o grau de desigualdade de renda. Enfim, educação não é panacéia para equalização de rendas.

A estrutura ocupacional é a tônica da tese de Ramonaval Costa, que a considera essencial para explicar as desigualdades de renda entre os Estados em 1970. Separando, dentro dos setores, as ocupações específicas das ocupações da hierarquia organizacional superior (vide Tabela 26 do Censo Demográfico), o grupo constituído por proprietários, administradores profissionais, técnicos, cientistas, clero, etc., Ramonaval Costa demonstrou pela primeira vez, entre os estudos sobre concentração de renda no país, que em todos os Estados brasileiros o grupo das ocupações superiores mostrava um maior grau de desigualdade de renda do que no grupo de ocupações dos trabalhadores. Assim, o grupo superior, que detinha apenas 15% da PEA e tem maior renda média, também tem a renda pessoal mais concentrada do que o grupo majoritário dos trabalhadores (75% da PEA), de evidente menor renda média. No grupo que tem maior média de anos de estudo, evidencia-se que a renda é mais desigual do que no grupo com menor escolarização. Ramonaval Costa ressalta a importância dessa conclusão que, empiricamente, não encontra exceção¹¹.

Outra evidência constatada por Ramonaval Costa é de que há uma hierarquia sistemática entre os Estados, no que diz respeito ao grau de desigualdade de renda no grupo de ocupações específicas do setor primário, que é menor do que o grau de desigualdade no grupo de ocupações específicas do setor secundário que, por sua vez, é menor do que o grau de desigualdade no grupo de ocupações específicas do setor terciário¹².

¹⁰ COSTA, R. op. cit., pág. 108.

¹¹ COSTA, R. op. cit., pág. 127.

¹² COSTA, R. op. cit., pág. 116

Para Langoni, também o setor primário é menos desigual do que o setor urbano, em cada região. Note, porém, que ele se refere ao setor produtivo como um todo, indistintamente, reunindo ocupações de diferentes níveis de qualificação¹³. Ainda mais, Langoni mostra que, quanto maior o nível de renda da região, mais concentrada se apresenta a distribuição do setor primário (o mesmo não se pode confirmar para o setor urbano de per si). Em suas próprias palavras:

“No setor primário das regiões subdesenvolvidas, a única diferença realmente relevante, em termos de níveis de renda, é ser ou não ser proprietário: como, porém, a grande maioria da força de trabalho é efetivamente assalariada (ou equivalente), com características qualitativas (nível de educação e ocupação) bastante semelhantes, as medidas estatísticas de desigualdade acabam indicando pequeno grau de concentração”¹⁴.

Então, o grau de desigualdade passa a ser definido pela distribuição da propriedade da terra.

No que se refere à reconcentração da renda no período 1960/1970, Langoni mostra que, tanto no Brasil como um todo quanto em todas as regiões, houve aumento de concentração de renda. A menor variação ocorreu no Sudeste periférico e a maior foi em São Paulo. O Sul situou-se logo abaixo de São Paulo, a despeito das diferenças em taxas de crescimento. A variação no Nordeste foi quase idêntica à no País: 14% para o Gini, 38% para o Theil e 23% para o decil superior da distribuição¹⁵. Em 1970, dentro do Nordeste se observavam os extremos do intervalo das desigualdades de renda: a menor era no Nordeste Setentrional (MA e PI) e a maior no NE Central (CE, RN, PB, PE, AL)¹⁶.

¹³ LANGONI, C. G. op. cit., pág. 166

¹⁴ LANGONI, C. G. op. cit., pág. 168.

¹⁵ LANGONI, C. G. op. cit., pág. 168.

¹⁶ LANGONI, C. G. op. cit., pág. 160.

5. Pobreza Metropolitana

Até aqui, o tema se circunscreveu aos aspectos regionais e/ou estaduais de pobreza e distribuição de renda, considerando fundamentalmente que a problemática da distribuição se define, em boa medida, pela ampla e profunda pobreza. Torna-se conveniente investigar o tema do ponto de vista da rede urbana. Este será abordado a seguir, começando com as regiões metropolitanas, tão importantes hoje sob a perspectiva dos mercados de trabalho regionais (Cf. Tabela 12).

TABELA 12
Percentual da População das Regiões Metropolitanas
nas suas Respectivas Regiões
1975

REGIÕES METROPOLITANAS	PARTICIPAÇÃO NAS MACRORREGIÕES
Belém	18,9 % de N
Fortaleza	4,1 % de NE
Recife	6,7 % de NE
Salvador	4,4 % de NE
Fortaleza + Recife + Salvador	15,2 % de NE
São Paulo	22,3 % de SE
Rio	18,4 % de SE
Belo Horizonte	4,5 % de SE
São Paulo + Rio + Belo Horizonte	45,2 % de SE
Curitiba	5,3 % de SS
Porto Alegre	9,5 % de SS
Curitiba + Porto Alegre	14,8 % de SS

FONTE: IBGE – Anuário Estatístico do Brasil, 1976.

Dentre as nove regiões metropolitanas do Brasil, as do Norte-Nordeste estão no grupo das 4 pobres, as do Sul e Sudeste nuclear estão no grupo das 4 ricas e a RM de Belo Horizonte está entre os dois grupos, ocupando o 5o. lugar. Utilizando o critério de remuneração mensal da PEA de 1970, assim se sucedem as RMs da mais pobre à mais rica: Fortaleza, Belém, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Rio de Janeiro e São Paulo. As RMs nordestinas do Recife e de Salvador ostentam as piores desigualdades na distribuição de renda: os índices de concentração de renda de Gini, de Theil e de "redundância" apresentam Recife em 1o. lugar e Salvador em 2o. lugar entre todas as RMs do Brasil¹⁷.

Estudando a estrutura ocupacional das nove regiões metropolitanas (RMs) do país, de acordo com a classificação ocupacional de Nelson do Valle Silva¹⁸, que ordenou as ocupações por um critério misto da renda e educação, Peliano e Martine¹⁹ sugeriram a operacionalização do conceito da pobreza urbana por meio do cruzamento dos estratos ocupacionais inferiores (ocupações de nível médio, semi ou não-qualificadas) com a PEA situada no segmento da remuneração mensal de até Cr\$ 200 (inclusive os "sem rendimentos") em 1970.

Utilizando essa operacionalização, Peliano e Martine pretenderam abranger a parcela da mão-de-obra desqualificada tecnicamente e remunerada abaixo de um mínimo necessário à sua reprodução ou subsistência. A pobreza, tal como definida, é relativamente mais extensa nas RMs do Norte-Nordeste (cerca de dois quintos da PEA masculina e de três quartos da PEA feminina) do que nas RMs do Sul-Sudeste nuclear (cerca de um quarto da PEA masculina e de três quintos da PEA feminina), situando-se a RM de Belo Horizonte, do Sudeste periférico, entre os dois grupos de RMs supramencionados (vide Tabela 7.1 de Peliano e Martine, pág. 4, Cap. VII).

Nas diversas RMs, contrariando versão bastante difundida que afirma ser a pobreza urbana própria dos migrantes, Peliano e Martine constataram

¹⁷ L. Fraenkel; M. Souza; M. Castro; G. Grabois; E. Tuci Neto. "Structural Employment, Income Distribution and Internal Migration in Brazil", *Population and Employment Working*, Papel no. 18, ILD (OIT), Geneva, May, mimeo.

¹⁸ SILVA, Nelson do Valle. "Posição Social das Ocupações", IBGE, mimeo, 1973.

¹⁹ MARTINE, George e PELIANO, José Carlos. "Os Migrantes nos Mercados de Trabalho Metropolitanos", IPEA/OIT. (Vide especialmente cap. VII. Relatório Técnico no. 32; versão preliminar, 1977).

que, na PEA masculina, a incidência de pobreza urbana se dá na mesma ou quase na mesma a proporção entre os migrantes (na definição defeituosa do Censo de 1970) e entre os nativos. Na PEA feminina, entretanto, a associação de pobreza à migração tem mais sentido do que na PEA masculina, desde que a fração de mulheres pobres migrantes é bem maior do que a fração de mulheres pobres nativas. Entre as RMs, tais frações só estão próximas no caso da RM de Fortaleza.

Nas RMs do Sul e do Sudeste nuclear, as taxas de incidência de pobreza são menores do que nas outras RMs. Naquelas RMs, as taxas para a PEA masculina estão abaixo de 30%, chegando ao mínimo de 20% para os não-migrantes de São Paulo. Em Belo Horizonte, as taxas estão ao redor dos 35% e passam para cerca de 40% em Salvador, Recife e Belém. Nesta taxa incide a pobreza para os não-migrantes em Fortaleza, inferior à taxa de 47% para os migrantes. As taxas são bem maiores para pobreza da PEA feminina, que ultrapassam os 70% nas RMs localizadas fora do Sul e do Sudeste nuclear. As menores taxas de incidência de pobreza feminina estão na RM de São Paulo, que tem também as menores taxas de pobreza masculina. •

Associar pobreza à migração tem sentido quando se considera apenas a migração recente para as RMs²⁰. As taxas de incidência de pobreza entre os migrantes de menos de dois anos de residência em município da respectiva RM são bem maiores do que entre os não-migrantes.

A tendência geral da incidência de pobreza para os migrantes é diminuir, quando cresce o número de anos, a partir do instante da migração. Entre os homens, salvo para a RM de Fortaleza, as taxas de pobreza dos migrantes de onze anos e mais são bem menores do que as dos não-migrantes.

A taxa de participação dos migrantes pobres entre todos os pobres do sexo masculino é determinada e se aproxima da taxa de participação de todos os migrantes na PEA masculina.

Entretanto, a taxa de participação das mulheres migrantes pobres entre todas as pobres é muito superior à taxa de participação de todas as migrantes na PEA feminina, nos casos das RMs do Sul e Sudeste, onde, por conseguinte,

²⁰ Vide, a propósito, OSÓRIO, Carlos. "Setorialização da Força de Trabalho, Migração e Desigualdades de Renda nas RMs do Recife e de Salvador". Texto para Discussão CME-PIMES no. 23, Recife, janeiro 1976, mimeo.

se vincula pobreza à migração do sexo feminino. O contrário se verifica na RM de Belém, enquanto nas RMs nordestinas aquelas taxas não discrepam muito.

Peliano e Martine sumariam algumas de suas conclusões afirmando que “a condição migratório implica uma contribuição desproporcional às atividades típicas da pobreza urbana apenas entre as mulheres, e que o tempo de residência afeta significativa e negativamente a participação de migrantes nestas atividades; este último padrão apresenta estreito relacionamento com a seletividade da retenção de migrantes nas RMs através do tempo”.

6. Pobreza Urbana

Na hierarquização, segundo o nível de pobreza das cidades brasileiras de mais de cinquenta mil habitantes, em 1970, obtida por Hamilton Tolosa²¹, que usa o método dos componentes principais a partir de quinze indicadores sócio-econômicos, constatou-se que o tamanho urbano não é uma dimensão relevante para explicar a pobreza das cidades, e que elas podem ser agrupadas segundo um critério regional. As mais pobres se concentram no Nordeste e as mais ricas em São Paulo ou no Sul. As vinte e uma cidades nordestinas de porte médio ou grande, incluindo todas as capitais, estão entre as trinta e quatro cidades mais pobres, sendo Salvador a de menor índice de pobreza. Da 35a. cidade brasileira até a 95a., não há sequer uma cidade nordestina. Por outro lado, entre as 35 mais ricas, vinte e oito são sudestinas, seis são sulistas e a outra é Brasília.

O “escore normalizado” da Tabela 3 de H. Tolosa, aqui reproduzida na Tabela 13, é um “índice geral” da pobreza urbana que serviu para a hierarquização das cidades numa escala ordinal, e foi assim denominado porque explicou mais da metade da variância entre os 15 indicadores sócio-econômicos utilizados. Observa-se alta correlação entre quase todos os 15 indicadores (qualidade da construção, densidade no domicílio, iluminação elétrica, água encanada, rede de esgotos, assistência médica, assistência hospitalar, escolaridade, qualidade da educação, subutilização crítica, distribuição da renda, fogão, televisão, automóvel), com exceção de três (densidade no domicílio,

²¹ TOLOSA, Hamilton. “Dimensão e Causas da Pobreza Urbana”, *Estudos Econômicos*, vol. 7, no. 1, 1977, IPE-USP. Apresentado no IV Encontro Nacional de Economia, promovido pela ANPEC em Guarujá, SP, dez. 1976.

assistência hospitalar e qualidade de educação). Os dois últimos são indicadores das condições de infra-estrutura social e são fortemente correlacionados com um segundo índice de pobreza, gerado por meio do método dos componentes principais e denominado por Tolosa como o “índice de acessibilidade à infra-estrutura social”. O indicador “densidade de domicílio”, visto não ser fortemente correlacionado com o índice geral de pobreza, por sua vez apresenta alta correlação com um terceiro índice gerado pelo método dos componentes principais: justamente com o indicador de qualidade de construção. Daí esse índice ser interpretado como de pobreza urbana associada à qualidade da habitação. Enquanto o índice geral explica 53% da variância total, o segundo e o terceiro explicam 10% e 9%, respectivamente. Os três índices explicam quase três quartos (72%) da variância entre os indicadores.

Alguns pontos se destacam nas sugestões de Tolosa para política econômica, com base nos resultados econométricos de seu modelo. O primeiro ponto considera a necessidade de se estabelecerem diretrizes à distribuição espacial da população, fundado na relevância das variáveis de pressão demográfica para explicar a pobreza das cidades. Porém, por ter usado um período demasiadamente longo (5 anos) para definir o migrante recente, a variável correspondente não foi significativa. Sabe-se que em torno desse prazo a renda média dos migrantes supera a dos nativos^{22, 23}.

Outro ponto diz respeito aos programas do governo. Como conclusão, Tolosa defendeu a necessidade de se estabelecerem procedimentos para avaliar o impacto dos programas governamentais sobre os objetivos redistributivos. Diante da dificuldade em achar dados seguros sobre gastos governamentais para aplicação no seu modelo, Tolosa questionou a contribuição dos programas governamentais para a redução dos índices de pobreza urbana no caso do Brasil e concluiu que “não obstante, a estratégia de transferência de renda real se afigura como a mais efetiva para o combate à pobreza, desde que sejam escolhidos projetos cujos benefícios incidam sobre o extremo inferior da renda nacional”. (Vide pág. 176).

²² Cf. OSÓRIO, Carlos. “Desigualdades da Renda e Absorção de Migrantes nas RMs Nordestinas”. Texto para Discussão CME-PIMES no. 33; Recife, setembro, 1976, mimeo.

²³ GONDIM SILVA, J. Hamilton. “Subutilização de Recursos Humanos em Áreas Marginais Seleccionadas do Nordeste”; II Encontro Nacional de Economia, promovido pela ANPEC em Belo Horizonte, MG, dez. 1974.

TABELA 13
Ordenação das Cidades com População Acima de 50 mil Habitantes
Segundo os Índices Gerais da Pobreza Urbana
(Ordem Decrescente dos Escores Normalizados)

(continua)

Ordem	Cidade	Estado	Escore	Ordem	Cidade	Estado	Escore
01	Juazeiro do Norte	CE	7,75	25	Aracaju	SE	1,25
02	Parnaíba	PI	6,73	26	Maceió	AL	1,22
03	Mosoró	RN	6,65	27	Natal	RN	1,16
04	Santarém	PA	6,17	28	Lajes	SC	1,01
05	Sobral	CE	6,09	29	João Pessoa	PB	0,86
06	Alagoinhas	BA	5,33	30	Cuiabá	MT	0,72
07	Terezina	PI	4,58	31	Anápolis	GO	0,69
08	Vitória da Conquista	BA	4,55	32	Belém	PA	0,53
09	Caruaru	PE	4,48	33	Barra Mansa	RJ	0,52
10	Teófilo Otoni	MG	4,37	34	Salvador	BA	0,48
11	Ilhéus	BA	4,30	35	Paranaguá	PR	0,36
12	Jequié	BA	4,02	36	Campos	RJ	0,33
13	Itabuna	BA	3,92	37	Cachoeira do Sul	RS	0,30
14	Feira de Santana	BA	3,79	38	Sete Lagoas	MG	0,23
15	Campina Grande	PB	3,62	39	Teresópolis	RJ	0,09
16	Garanhuns	PE	3,14	40	Tubarão	SC	— 0,18
17	Macapá	AP	2,88	41	Bagé	RS	— 0,21
18	Governador Valadares	MG	2,47	42	Divinópolis	MG	— 0,21
19	Montes Claros	MG	1,99	43	Campo Grande	MT	— 0,22
20	Fortaleza	CE	1,90	44	Crisciúma	SC	— 0,33
21	São Luís	MA	1,76	45	Cachoeiro do Itapemirim	ES	— 0,34
22	Uruguaiana	RS	1,68	46	Barbacena	MG	— 0,35
23	A. M. Recife	PE	1,66	47	Rio Grande	RS	— 0,41
24	Manaus	AM	1,51	48	Uberlândia	MG	— 0,59

TABELA 13 (continuação)
 Ordenação das Cidades com População Acima de 50 mil Habitantes
 Segundo os Índices Gerais da Pobreza Urbana
 (Ordem Decrescente dos Escores Normalizados)

(continua)

Ordem	Cidade	Estado	Escore	Ordem	Cidade	Estado	Escore
49	Ponta Grossa	PR	-0,66	73	Joinville	SC	-2,01
50	Uberaba	MG	-0,67	74	Volta Redonda	RJ	-2,16
51	Taubaté	SP	-0,72	75	Petrópolis	RJ	-2,22
52	Itajaí	SC	-0,75	76	A.M. do R. de Janeiro	RJ	-2,45
53	Passo Fundo	RS	-0,78	77	Florianópolis	SC	-2,54
54	Santa Maria	RS	-0,81	78	Jundiaí	SP	-2,72
55	Araçatuba	SP	-0,81	79	Sorocaba	SP	-2,85
56	Goiânia	GO	-0,87	80	A.M. São Paulo	SP	-2,97
57	Pelotas	RS	-0,94	81	Bauru	SP	-3,01
58	Maringá	PR	-0,97	82	Limeira	SP	-3,07
59	Presidente Prudente	SP	-1,00	83	S. José do R. Preto	SP	-3,10
60	Londrina	PR	-1,14	84	Americana	SP	-3,14
61	São Vicente	SP	-1,18	85	Caixias do Sul	RS	-3,20
62	Guaratinguetá	SP	-1,38	86	São Carlos	SP	-3,28
63	Barretos	SP	-1,40	87	Blumenau	SC	-3,33
64	São José dos Campos	SP	-1,41	88	A.M. Porto Alegre	RS	-3,44
65	Vitória	ES	-1,50	89	Araraquara	SP	-3,57
66	A.M. Belo Horizonte	MG	-1,55	90	Piracicaba	SP	-3,63
67	Franca	SP	-1,58	91	Curitiba	PR	-3,64
68	Brasília	DF	-1,72	92	Rio Claro	SP	-3,66
69	Marília	SP	-1,74	93	Ribeirão Preto	SP	-3,68
70	Nova Friburgo	RJ	-1,79	94	Campinas	SP	-4,09
71	Poços de Caldas	SP	-1,90	95	Santos	SP	-5,17
72	Juiz de Fora	MG	-1,92				

FONTE: TOLOSA, Hamilton. Tabela 3 do artigo "Dimensão e Causas da Pobreza Urbana". *Estudos Econômicos*, vol. 7, no. 1, 1977.

Vale acrescentar o raciocínio de que nas cidades pobres o custo social de investir na infra-estrutura é maior do que em cidades ricas. Daí a acumulação de capital social realizada para o tipo de urbanização prevalecente, com os ricos vivendo distantes do centro — que corresponderia a uma estrutura social mais rica —, implicar que a sociedade pague mais hoje pelo conforto dos privilegiados que utilizam a infra-estrutura do que outrora, quando os mais ricos viviam mais perto do centro, onde se erigia a cidade. Desde que as cidades pobres pertencem a regiões pobres, em geral, evoca-se a atenção para os investimentos sociais nas periferias urbanas dessas cidades.

7. Consumo de Bens Duráveis

A análise dos dados de consumo de bens duráveis vem confirmar as constatações feitas anteriormente sobre a forte desigualdade na ocorrência da pobreza e da riqueza, não só a nível inter-regional como a nível intra-regional.

Os dados do censo de 1970 a respeito de alguns bens duráveis, conforme pode ser visto na Tabela 14, evidenciam que, à medida que se passa dos bens de consumo duráveis mais necessários (no sentido de estarem mais estreitamente relacionados aos níveis mínimos de subsistência) para os menos necessários ou supérfluos (segundo o ponto de vista dos mais pobres), acentua-se a distância entre pobreza e riqueza do ponto de vista regional. Isto é, enquanto que para fogão²⁴ o intervalo de variação entre o menor e o maior índice era de apenas 20,6, para televisão a diferença entre os dois extremos era da ordem de 144,6. Como é sabido que estes bens possuem alta elasticidade-renda, esses fortes diferenciais entre os índices menores e maiores estão revelando, portanto, uma forte desigualdade na distribuição inter-regional da renda. Para comprovar essa idéia, calcularam-se os coeficientes de correlação de Pearson (r) entre a disponibilidade de cada tipo de bem e a renda “per capita”, em 1970, para as cinco macrorregiões e para os vinte Estados (vide Tabela 15), que confirmam a assertiva segundo a qual uma distribuição regional mais igual ou menos igual dos bens de consumo duráveis pode ser considerada como exteriorização da distribuição regional mais equitativa ou menos equitativa da riqueza nacional.

²⁴ Se se desagrupasse o item fogão segundo os tipos (lenha, gás, outros), certamente não se verificaria esta concentração em torno do índice para o Brasil como um todo.

TABELA 14

Percentagem de Domicílios Permanentes que Possuem Bens Duráveis,
Segundo a Espécie do Bem Durável por Região e
Unidades da Federação — 1970

Regiões e Estados	Bens	ESPÉCIE DE BEM DURÁVEL				
		Fogão	Rádio	Geladeira	Televisão	Automóvel
Rondônia		84,61	50,07	14,51	0,70	3,17
Acre		95,11	41,33	6,38	0,05	1,27
Amazonas		86,13	46,70	15,39	8,20	2,58
Roraima		96,81	53,92	17,26	0,21	2,47
Pará		96,40	44,24	15,30	10,82	2,40
Amapá		96,09	50,83	19,30	0,57	2,21
NORTE		93,22	45,22	14,89	8,70	2,40
Maranhão		48,10	18,78	3,39	1,91	0,80
Piauí		13,95	22,30	4,67	2,14	1,28
Ceará		83,79	35,47	9,45	7,03	3,06
R.G. do Norte		90,28	35,87	9,10	3,19	2,90
Paraíba		81,15	35,99	7,69	4,09	3,08
Pernambuco		88,71	42,41	13,38	11,22	4,15
Alagoas		89,29	32,83	8,13	4,34	2,78
F. de Noronha		94,79	59,71	42,65	—	2,84
Sergipe		91,69	43,36	9,86	3,64	3,00
Bahia		90,74	36,31	10,15	7,15	3,30
NORDESTE		79,42	34,60	9,21	6,28	2,95
Minas Gerais		98,23	52,52	15,80	16,67	6,59
Espírito Santo		98,27	51,91	17,80	14,55	6,22
Rio de Janeiro		98,08	71,95	39,70	36,25	8,69
Guanabara		97,93	87,18	75,28	70,77	18,75
São Paulo		98,87	80,54	46,28	49,73	17,00
SUDESTE		98,47	71,82	39,89	40,64	13,08
Paraná		97,06	65,81	16,83	13,97	9,07
Santa Catarina		97,91	73,26	23,43	16,35	9,73
R.G. do Sul		96,67	77,23	32,59	23,27	12,87
SUL		97,03	71,87	24,59	18,30	10,79
Mato Grosso		94,58	49,30	13,04	5,70	5,86
Goiás		96,18	44,79	9,22	8,29	5,23
Distrito Federal		96,50	69,69	37,91	40,62	17,59
CENTRO-OESTE		95,72	48,88	13,50	10,99	6,76
BRASIL		92,35	58,92	26,06	24,11	9,04

FONTE: Censo Demográfico — 1970, pp. 364 e 365.

TABELA 15

Coeficiente de Correlação entre Renda "Per Capita" e Consumo de Bens Duráveis em 1970

BENS DURÁVEIS	REGIÕES	ESTADOS
Fogão	0,6274	0,4709
Rádio	0,9139	0,8845
Geladeira	0,9909	0,9763
Televisão	0,9692	0,9744
Automóvel	0,9335	0,8993

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: IBGE e FGV.

TABELA 16

Ordenamento das Regiões Segundo o Consumo de Bens Duráveis em 1970

B E N S	POSIÇÃO				
	1o.	2o.	3o.	4o.	5o.
Fogão	SE	S	CO	N	NE
Rádio	SE	S	CO	N	NE
Geladeira	SE	S	N	CO	NE
Televisão	SE	S	CO	N	NE
Automóvel	SE	S	CO	NE	N

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: IBGE – Censo Demográfico, 1970.

As diferenciações regionais no consumo de bens duráveis podem ser melhor visualizadas na Tabela 16, onde as cinco macrorregiões brasileiras estão ordenadas no sentido da de maior consumo para a de menor consumo.

A melhor visualização do fenômeno não traz consigo, no entanto, maiores surpresas ou imprevistos: o Sudeste apresenta-se liderando o consumo de todos os cinco bens duráveis e o Nordeste surge como o último consumidor (salvo de automóveis).

O fato de o Nordeste não aparecer no quadro como último colocado no consumo de automóveis não deve fornecer maiores perspectivas de mudanças. Basta relacionar esses dados à extensão da rede rodoviária para que o Nordeste não perca sua posição de região mais pobre.

Entre estes dois extremos estão situadas as outras macrorregiões brasileiras. A região Sul aproxima-se mais dos padrões distributivos da região Sudeste, e as regiões Centro-Oeste e Norte apresentam posições mais aproximadas, apesar das diferenciações de suas estruturas econômicas e da maior integração da economia do Centro-Oeste na economia nacional. De qualquer forma, essa maior integração da região Centro-Oeste nos padrões acumulativos nacionais é expressa pelo seu posicionamento na Tabela 16. Evidentemente que esta aproximação dos padrões do consumo entre o Centro-Oeste e o Norte seria bem maior se da região Centro-Oeste fosse considerado apenas o norte da região, o que levaria, é certo, ao agrupamento do sul da região aos padrões distributivos das regiões Sul e Sudeste. Esta pequena digressão leva a uma compreensão melhor da divisão espacial brasileira: o Centro-Sul desenvolvido e densamente habitado; a Região Norte subdesenvolvida e desabitada; e a Região Nordeste subdesenvolvida e densamente habitada. Mas, não importa qual seja o critério adotado de regionalização. Qualquer que seja o critério, o que sobressai é a forte desigualdade entre as diversas regiões, destacando-se, de um lado, o Sudeste como região concentradora de riqueza e, de outro lado, o Nordeste como região concentradora de pobreza.

Esta desigual distribuição fica mais evidenciada quando se amplia a lista dos bens de consumo duráveis, o que é possível de ser feito com os dados da PNAD, conforme consta na Tabela 17.

A seguir, estão sumariadas as principais observações que podem ser feitas a partir da Tabela 17:

- a) O contraste marcante entre o Sudeste e o Nordeste. Enquanto o consumo de bens duráveis no Sudeste situa-se acima da média nacio-

nal, o do Nordeste, sem exceção para qualquer dos bens listados, encontra-se abaixo da média nacional.

- b) Quanto menos necessário ou mais supérfluo o bem, maior é o seu consumo na região Sudeste, e quase insignificante o seu consumo no Nordeste. Veja-se por exemplo o consumo de aparelhos de ar condicionado. No Nordeste, é o bem que apresenta o menor índice (7,2), enquanto que, na região Sudeste, está entre os bens de mais alto índice (152,7).
- c) Enquanto na região Sudeste os índices de consumo domiciliar de todos os bens estão acima da média nacional, na região Sul, apesar de apresentar índices persistentemente maiores do que os do NE, a oscilação dos índices se dá muito mais em torno da média nacional. Sendo inferior à média nacional o consumo daqueles bens mais sofisticados ou mais supérfluos.
- d) Os padrões de consumo do Sudeste nuclear e DF são bastante aproximados (nessas três regiões quase todos os bens comparecem com índices superiores a 100, o que não ocorre com nenhuma outra região), o que vem confirmar o que já foi descrito no tópico sobre incidência de pobreza: São Paulo, Distrito Federal e o atual Estado do Rio de Janeiro são as unidades federativas que concentram grande parte da riqueza nacional.
- e) Ao se considerarem Minas Gerais e Espírito Santo como uma região distinta do Sudeste, ou como a periferia do Sudeste nuclear, a distribuição do consumo domiciliar de bens duráveis no Brasil se faz bem mais assimétrica, o que leva à consideração de como as diferenciações intra-regionais marcaram os padrões de desigualdades, quando o ponto de referência é a macrorregião.

Os diferenciais nos padrões inter-regional de consumo de bens duráveis, acima descritos, são realçados e reforçados à medida que se adotam critérios mais relevantes de regionalização do espaço nacional, como por exemplo o critério adotado pela PNAD. Isto ocorre, precisamente, em virtude das fortes desigualdades intra-regionais contidas na divisão do Brasil em cinco regiões. Desta forma, uma análise, mesmo que superficial, sobre as desigualdades intra-regionais, se faz necessária, para que se tenha uma melhor compreensão das desigualdades inter-regionais. A Tabela 18 apresenta os intervalos de variação intra-regional dos índices de consumo (índice maior — índice menor) em relação ao índice do Brasil como um todo.

TABELA 17
Regiões do Brasil
Índice Relativo da Percentagem de Domicílios Permanentes que Possuem Bens Duráveis
Segundo as Regiões PNAD, por Espécie do Bem, em 1972
(BRASIL = 100)

REGIÕES BENS	REGIÃO I RJ	REGIÃO II SP	REGIÃO III SUL	REGIÃO IV MG+ES	REGIÃO V NE	REGIÃO VI DF	REGIÕES I+II+IV SUDESTE	TOTAL DAS REGIÕES
Fogão	112,5	115,2	127,2	108,8	65,7	118,2	112,6	100,0
Ferro	107,3	112,9	112,2	107,5	76,8	110,4	109,9	100,0
Rádio	121,7	123,7	124,8	92,7	62,7	97,2	114,2	100,0
Filtro	173,1	145,6	33,3	157,6	50,7	218,8	155,8	100,0
Geladeira	191,0	164,6	95,8	65,6	35,4	145,3	142,2	100,0
Televisão	184,4	183,8	82,1	72,9	28,7	171,2	151,8	100,0
Rádio-Vitrola	199,1	168,6	69,4	71,0	41,3	229,7	106,6	100,0
Ventilador	360,0	110,5	76,8	49,4	31,5	77,8	153,6	100,0
Liquidificador	175,1	180,6	75,1	74,0	38,7	154,2	148,4	100,0
Bat. Elétrica	170,4	214,7	93,4	42,6	18,0	155,7	154,0	100,0
Enceradeira	197,5	209,0	54,5	71,5	23,0	156,3	165,4	100,0
Aspirador de Pó	238,2	211,7	70,5	29,4	11,7	200,0	167,6	100,0
Ap. de Ar Condicionado	165,4	218,1	110,9	36,3	7,2	225,4	152,7	100,0
Máquina de Lavar	412,5	75,0	87,5	25,0	37,5	37,5	150,0	100,0
Bicicleta	125,9	126,5	144,3	93,0	46,3	113,2	116,4	100,0
Automóvel	135,1	172,0	112,6	75,6	35,1	219,8	135,1	100,0
Motocicleta	95,2	152,3	130,9	107,1	35,7	95,2	126,1	100,0

FONTES: IBGE/PNAD – 1972.

TABELA 18
ÍNDICE* DE VARIAÇÃO INTRA-REGIONAL DE CONSUMO, EM 1970

REGIÕES \ BENS	FOGÃO	RÁDIO	GELADEIRA	TELEVISÃO	AUTOMÓVEL
NORTE	13,2	21,4	49,6	44,7	21,0
NORDESTE	84,2	41,7	38,3	38,6	37,1
SUDESTE	1,0	59,9	228,2	233,2	138,6
SUL	1,3	19,4	60,5	38,6	42,0
CENTRO-OESTE	2,1	42,3	110,1	144,8	136,7

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: Censo Demográfico 1970, IBGE.

* Observação:
$$\text{Índice} = \frac{I_{\text{MAX}} - I_{\text{MIN}}}{I_{\text{BR}}} 100$$

I_{MAX} = maior índice de consumo domiciliar da região;

I_{MIN} = menor índice de consumo domiciliar da região;

I_{BR} = índice de consumo domiciliar do Brasil.

Os valores dos índices I_{MAX} , I_{MIN} e I_{BR} estão apresentados na Tabela 14 deste relatório. No caso da Região Nordeste excluíram-se os dados referentes ao Território de Fernando de Noronha.

Os índices apresentados na Tabela 18 levam a duas considerações:

- a) Em relação aos bens de consumo duráveis (fogão), os índices de variação relativa são maiores para o Nordeste e o Norte, enquanto que, para as outras regiões, são praticamente insignificantes. Sendo as duas primeiras, precisamente, as regiões mais pobres, permite-se a constatação da existência da "pobreza dentro da pobreza".
- b) Em relação aos bens de consumo duráveis supérfluos (do ponto de vista dos mais pobres), os maiores índices de variação relativa e significativamente maiores, ocorrem nas regiões mais ricas, destacando-se entre elas a região Sudeste. O que vale dizer: a) a existência de regiões ricas e regiões pobres; e b) a existência da "pobreza dentro da riqueza". Relembrando que os coeficientes de correlação de Pearson entre consumo de bens duráveis e renda "per capita" são maiores para geladeira, televisão e automóvel, e sendo exatamente para esses bens que se verificam os maiores índices de variação relativa nas regiões mais ricas, a afirmação anterior (existência da pobreza dentro da riqueza) se fortalece.

Em suma, se são levadas em consideração as desigualdades intra-regionais encontradas nas cinco macrorregiões brasileiras, ampliam-se os diferenciais nos padrões de pobreza e riqueza, exteriorizados através do consumo de bens duráveis. Só mais um exemplo, a título de ilustração: ao se tomar o Sudeste como um todo, o censo de 1970 mostra que 40,6% dos domicílios desta região possuíam televisão, enquanto que no Nordeste este índice era de apenas 6,28%, números que já revelam uma acentuada desigualdade inter-regional no consumo desse bem; porém, quando se considera apenas o ex-Estado da Guanabara, o índice é de 70,7% e para o Maranhão é de 1,9%, o que vale dizer, repetindo mais uma vez, que, à medida que se processa uma reorganização do espaço nacional, o intervalo entre riqueza máxima e pobreza ínfima (para não se falar em miséria) se manifesta bem mais forte do que aquele apresentado por uma visão da distribuição de riqueza, a partir de uma visão macrorregional.

Se as desigualdades intra-regionais, quando levadas em consideração, acentuam os padrões de desigualdades a nível macrorregional, pode-se indagar qual a incidência das desigualdades de consumo interdomiciliar sobre o padrão macrorregional. Para responder a esta questão dividiram-se os domicílios em três estratos segundo a família, a saber: menos do que dois salários mínimos, entre dois e sete salários mínimos e maior do que sete salários mínimos (vide Tabela 19). Os dados revelam que:

- a) A região Sudeste possui os maiores percentuais de consumo domiciliar para a quase totalidade dos bens listados nos três estratos de renda familiar.
- b) As regiões Sul e Sudeste periférico apresentam padrões de consumo semelhantes, vindo logo abaixo das regiões do Sudeste nuclear e do Distrito Federal.
- c) O Nordeste (Região V) detém os menores percentuais, para a quase totalidade dos bens, qualquer que seja o estrato de renda considerado.
- d) Em cada um dos estratos de renda, os diferenciais inter-regionais de consumo aumentam quando se passa dos bens mais necessários para os bens menos necessários ou supérfluos.
- e) Os diferenciais nos padrões regionais de consumo diminuem à medida que se caminha no sentido do estrato de renda familiar mais baixa para o de renda familiar mais alta.

As quatro primeiras constatações feitas a partir da Tabela 19 vêm confirmar o que já foi dito anteriormente sobre a forte desigualdade inter-regional na incidência da riqueza e da pobreza. A última observação, no entanto, traz consigo alguns elementos novos. Em primeiro lugar, que a pobreza é mais intensa nas regiões mais pobres (conforme os dados da PNAD, em 1972, 84,4% dos domicílios nordestinos tinham renda familiar menor do que dois salários mínimos, enquanto que nas regiões do Sudeste este percentual variava entre 33% e 38%, conforme a Tabela 7) isto é, a pobreza não só é mais aguda, como também é mais extensa nas regiões pobres. Esta é certamente a explicação para se encontrar maiores diferenças nos padrões de consumo inter-regional no estrato de renda mais baixa. Basta lembrar que no Nordeste a fração da PEA que recebia, em 1970, rendas inferiores a Cr\$ 100,00 era de aproximadamente 50%, enquanto que no Sudeste esta fração se situava em torno de 30% (Cf. Tabela 2). É verdade que outros fatores explicativos poderiam ser mencionados, como por exemplo, o maior grau de urbanização da região Sudeste, maiores possibilidades de crédito ao consumidor etc.

Outra conclusão é que os diferenciais nos padrões de consumo no estrato de maior renda são bem menos acentuados. Vale, portanto, dizer que os ricos das regiões pobres se aproximam bastante dos ricos das regiões ricas.

TABELA 19
REGIÕES DO BRASIL
 Percentagem de Domicílios com Bens de Consumo Duráveis em Relação ao Total de Domicílios
 de Cada Classe de Renda, Segundo o Tipo de Bem

Tipos de Bem	CLASSES DE RENDIMENTO MONETÁRIO MENSAL DO DOMICÍLIO																	
	Menos de 2 Salários Mínimos						De 2 a 7 Salários Mínimos						De 7 a mais Salários Mínimos					
	R I	R II	R III	R IV	R V	R VI	R I	R II	R III	R IV	R V	R VI	R I	R II	R III	R IV	R V	R VI
Fogão	99,1	85,7	87,6	83,6	47,7	91,5	98,8	99,1	115,3	104,1	88,7	95,3	91,0	99,5	120,5	106,7	97,7	92,1
Ferro de engomar	85,6	83,2	82,9	82,8	57,1	73,8	96,0	85,1	99,0	98,7	93,1	89,3	97,0	97,5	100,0	100,5	95,6	97,1
Rádio	72,0	69,5	70,1	53,6	36,8	47,6	95,0	88,6	101,6	86,2	97,5	65,1	114,5	108,7	120,1	105,3	95,4	87,9
Filtro	36,3	23,6	4,1	33,0	8,0	47,4	56,9	46,0	10,1	72,5	44,7	65,4	100,5	66,3	29,9	89,1	78,8	71,4
Máq. Costura	40,0	45,2	46,5	40,2	26,6	36,3	62,1	66,1	70,8	70,2	62,7	56,5	72,7	75,2	78,2	77,8	73,4	71,8
Geladeira	33,3	20,5	11,0	6,6	3,6	10,7	74,2	56,9	44,1	43,8	41,8	42,6	94,2	87,7	80,8	79,6	85,4	86,3
Televisão	34,8	27,9	8,9	9,1	2,7	19,3	74,1	68,3	40,6	50,4	35,6	56,9	93,4	88,9	73,8	79,0	78,6	89,5
Rádio-Vitrola																		
ou Eletrola	10,1	6,3	1,9	2,8	1,7	9,1	28,9	21,2	11,2	18,6	17,4	24,9	59,4	49,8	39,5	43,9	50,2	59,4
Ventilador	17,0	7,8	1,7	1,2	0,5	0,4	44,8	9,8	10,5	9,2	11,0	4,6	68,9	29,1	31,6	29,2	42,2	22,0
Liquidificador	24,7	20,2	5,7	2,8	3,6	10,0	58,6	55,8	30,4	43,3	40,3	39,7	86,9	83,7	68,3	76,2	80,9	82,3
Bat. Elétrica	2,3	2,4	0,7	0,3	0,06	0,3	9,15	10,7	6,6	4,0	2,6	4,0	39,7	42,06	34,0	23,6	22,7	31,9
Enceradeira	11,8	11,8	1,3	3,1	0,4	3,6	42,7	39,4	12,2	26,5	12,7	22,7	70,8	71,4	45,6	62,5	60,8	62,6
Asp. de Pó	1,3	0,7	0,2	0,2	0,05	0,2	5,2	4,2	1,9	1,1	0,5	2,0	41,0	28,9	18,2	10,4	8,7	24,3
Máq. de Lavar	1,6	1,9	1,3	0,3	0,08	1,3	7,5	9,3	8,1	3,4	0,9	8,9	36,8	40,6	29,6	15,5	9,1	43,4
Ap. de Ar Con-																		
ditionado	0,4	—	0,05	0,01	0,003	—	2,2	0,1	0,3	3,2	0,1	0,1	17,0	2,9	6,1	2,5	7,1	1,0
Bicicleta	18,9	17,3	19,1	12,6	6,3	10,9	23,5	22,4	29,0	22,1	14,1	16,4	26,0	24,0	31,8	22,9	23,5	30,8
Automóvel	3,1	3,0	2,5	1,6	0,6	2,3	13,4	16,2	17,8	16,4	13,3	15,5	57,1	60,7	58,1	59,0	58,6	71,3
Motocicleta	0,2	0,3	0,3	0,2	0,1	0,3	0,4	0,7	0,8	0,8	0,4	0,4	0,7	1,0	1,2	1,2	0,4	0,6

FONTE: PNAD — 2.º trimestre, 1972.

Obs: R I — RJ; R II — SP; R III — SUL; R IV — MG + ES; R V — NE; R VI — DF.

Finalmente, a incidência de pobres em número considerável em todas as regiões leva à indagação seguinte: o corte mais fundamental para se estudar corretamente o fenômeno da pobreza é o espacial ou um corte vertical, que considere as relações sociais de produção? O fato de as regiões Norte e Nordeste se constituírem em periferia da economia nacional, simplesmente acentua a pobreza nestas regiões decorrente do comando sobre o trabalho pelo capital.

8. Consumo de Nutrientes e Calorias

O desenvolvimento é um processo que deve visar à satisfação das necessidades da população e, como tal, pode ser avaliado. Centrar a análise em necessidades da população traz a vantagem de se tratar de um fim em si próprio, em vez de apenas se referir a um meio para outro fim. Na hierarquia das necessidades, sobressaem-se as mais essenciais à sobrevivência, ligadas à alimentação e à nutrição. Sem dúvida, por determinismo fisiológico, as necessidades “do estômago” têm de ser prioritariamente satisfeitas, o que empiricamente vem-se revelando como a Lei de C.L.E. Engel — na alocação do orçamento familiar, a proporção destinada às necessidades fundamentais é maior nas camadas de rendas mais baixas — que fora percebida desde Adam Smith no seu famoso e bicentenário livro sobre “A Riqueza das Nações”, no trecho onde estabeleceu as bases fisiológicas e psicológicas das elasticidades-renda: “O desejo por alimento é limitado em cada homem pela estreita capacidade do estômago; porém, o desejo por confortos e ornamentos de edificação, roupa-gem, equipamento e mobília domiciliar parece não ter limite nem borda certa”²⁵.

Entre as necessidades do estômago, há uma distinção entre as imediatas — supridas por meio de ingestão de qualquer alimento que implique saciar a fome — e as permanentes, que requerem, além da ingestão, a assimilação de um vetor de quantidades mínimas de energia e nutrientes, que permitam um adequado funcionamento do corpo e da mente humana. Portanto, saciar a fome de uma população é condição necessária mas não suficiente para que essa população seja bem nutrida.

²⁵ SMITH, Adam. *The Wealth of Nations*, Cf. na edição de E. Cannan, Modern Library, pág. 164: “The desire of food is limited in every man by the narrow capacity of the human stomach; but the desire of conveniences and ornaments of building, dress, equipage, and household furniture, seems to have no limit or certain boundary”.

A desnutrição faz com que a população se torne pouco produtiva, chegando mesmo a confundir os mais incautos e superficiais analistas que enxergavam indolência ou preguiça na baixa capacidade produtiva, advinda na verdade do nível baixo de reserva energética. Esse nível baixo só permite que seja extraída pouca força de trabalho da população desnutrida que, facilmente, atinge os limites da exaustão²⁶. Daí fechar-se o circuito: subnutrição-pobreza-subnutrição. De acordo com Shlomo Reutlinger, “o problema é agora percebido como sendo um problema de subdesenvolvimento econômico, e não um problema de uma restrição irremovível de oferta de alimento”²⁷. Contudo, ele chama a atenção para o fato de que o problema da desnutrição não desaparece no curso normal do desenvolvimento e que “o crescimento do produto nacional ‘per se’ pouco tem feito para aliviar a miséria das massas de gente pobre no mundo”²⁸. O problema da desnutrição para o citado especialista do Banco Mundial, “é primariamente um problema de distribuição insatisfatória de renda dentro de e entre países”²⁹.

Antes de se estudar diretamente o problema nutricional das regiões brasileiras, é conveniente evocar uma questão relacionada ao problema e que diz respeito a uma das inúmeras histórias perversas da Economia da Pobreza: trata-se da comercialização de alimentos. Frequentemente, os demandantes costumeiros de vendas, botequins, mercearias, etc, encontram-se nos estratos inferiores da distribuição da renda. Tais unidades de comercialização facultam por vezes um esquema um tanto informal de crédito na “caderneta”, a ser saldado em fins do mês, ao contrário de supermercados, que exigem sempre o pagamento imediato do consumidor. Os supermercados atendem basicamente

²⁶ Sobre tentativas de associar produtividade com desnutrição infantil, vide SELOWSKY, Marcelo e TAYLOR, Lance. “The Economics of Malnourished Children: An Example in Disinvestment in Human Capital”, *Economic Development and Cultural Change* 22, out. 1973, pp. 17-30.

²⁷ REUTLINGER, Shlomo. *Malnutrition – a Poverty of a Food Problem?* Occasional Paper, Institute of Nutrition, The University of North Carolina, vol. 1, no. 9, junho 1977. Ver pág. 1: “I believe that the problem is now generally perceived for what it is – a problem of economic underdevelopment, and not a problem of an irrenovable food supply constraint”.

²⁸ REUTLINGER, op. cit., pág. 9: “growth of national product per se has done very little to alleviate misery among the masses of poor people in the world”.

²⁹ ———, op. cit., pág. 14: “It is primarily a problem of unsatisfactory income distribution within and between countries”.

às classes médias e altas, que requerem ampla diversificação de consumo e modernas técnicas de embalagem, padronização, conservação, refrigeração etc³⁰. Realmente, os supermercados absorvem maiores parcelas de gastos familiares à medida que se consideram os estratos mais altos da distribuição de renda e a tendência é reversa no caso de mercearias e armazéns³¹. Os supermercados, vendendo a vista, podem vender a preços mais baratos do que as mercearias, porque, além dos ganhos de escala, utilizam uma tecnologia de comercialização a varejo, que requer do consumidor que ele próprio escolha os produtos que vai comprar, embale-os, conduza-os até a caixa, enfim, gaste seu tempo e trabalhe, sem remuneração, no lugar de empacotadores, balconistas etc. Os consumidores mais ricos se beneficiam em comprar maiores quantidades, diminuindo o custo de transporte, evitando indivisibilidades e prevenindo a perecibilidade rápida ao possuírem melhores condições de estocagem (como a geladeira, o "freezer" etc)³². Conclusão: as novas formas de comercialização de alimentos conciliam-se com o processo de concentração dos benefícios para as classes mais favorecidas.

Nos parágrafos que se seguem, não se vão questionar os problemas de mercado dos alimentos. Não se pergunta, por exemplo, se existe capacidade suficiente do lado da oferta de alimentos para se equilibrar com a evolução da demanda. O que se pretende é simplesmente pintar um quadro bem geral do problema da desnutrição entre as regiões.

Estudos recentes indicam que o déficit nutricional medido em calorias é um proeminente indicador para avaliar a extensão da inadequação nutricional em grandes populações³³. Denote-se que não se está falando de casos pessoais, mas de grande população. Quando esta sofre déficit calórico, ocorre

³⁰ Vide a propósito GRAZIANO DA SILVA, J. F. e QUEDA, O. "Comercialização e Abastecimento: Algumas Questões" Comunicado apresentado à XIII Reunião da SOBER, Curitiba, 1975. Citado em ROMÃO, Maurício. "Urbanização e Demanda Alimentar no Nordeste". (Inédito).

³¹ Cf. para os casos de várias cidades do Nordeste. CME/PIMES/UFPE-SUDENE, *Abastecimento Alimentar no Nordeste Urbano*. Série Pesquisa no. 1 a 5, 1975, Recife.

³² Vide a propósito: ROMÃO, Maurício. "Orçamentos Familiares e Economias de Escala". Série de Dissertações de Mestrado em Economia – PIMES-maio, 1975.

³³ REUTLINGER, Shlomo e SELOWSKY. *Malnutrition and Poverty – Magnitude and Policy Options*. World Bank Staff Occasional Papers, no. 23. Ver especialmente pág. 9.

quase sempre sofrer também déficit protéico e de outros nutrientes. Consequentemente, a melhoria de dieta tendo como alvo o consumo calórico atenderia às outras necessidades nutricionais, o inverso não sendo necessariamente verdadeiro.

Sabe-se que, instintivamente, o homem busca satisfazer em primeiro lugar as necessidades calóricas que suprem a necessidade energética indispensável para a manutenção de uma temperatura adequada à vida e às funções das células humanas³⁴.

Dada a importância da desnutrição calórica, focaliza-se a seguir a análise sob esse prisma. Os estudos abaixo referidos sobre hábitos alimentares e quantificação das deficiências nutricionais não apresentam metodologias uniformes, quer em termos de amostragem e coleta de dados quer em metodologia de análise, dificultando sobremaneira a descrição intertemporal da evolução³⁵.

As duas pesquisas nacionais referentes a nutrição foram feitas em épocas distintas: uma, da FGV³⁶, analisa dados urbanos e rurais de algumas regiões e Estados para o início dos anos sessenta; a outra, do IBGE³⁷, coleta imenso volume de informações de agosto de 1974 a agosto de 1975, em visitas de sete dias a 55 mil famílias entrevistadas sobre seus padrões e hábitos de consumo. A divulgação parcial de alguns resultados dessa pesquisa, já disponíveis, resume-se às "regiões PNAD" do Estado do Rio de Janeiro (Região I), do Sul (Região III) e do Nordeste (Região V). Entretanto, infelizmente, os dados não são disponíveis agora a nível de classes de renda.

³⁴ CHAVES, Nelson. *A Problemática Nutricional em Algumas Áreas do Nordeste Brasileiro*. Conferência proferida no Seminário sobre Alimentação e o Problema Protéico na América Latina, Roma 6 a 9 de novembro de 1973.

³⁵ ROSENBERG, Elca; BARROS, Geraldo; SAMPAIO, Yony. *Nutrição e Agricultura*. INAN-Ministério da Saúde/SUPLAN-Ministério da Agricultura, inédito, 1977.

³⁶ Fundação Getúlio Vargas – FGV/IBRE. *Food Consumption in Brazil: Family Budget Surveys in the Early 1960's*, Jerusalém, Peter Press, 1970.

³⁷ IBGE/ENDEF. *Estudo Nacional da Despesa Familiar: Consumo Alimentar – Antropometria* (dados preliminares). Rio, 1977.

Para dar idéia da dimensão da falta que faz a não-divulgação dos dados de inadequação nutricional por grupos de renda nos resultados preliminares do ENDEF, recorde-se que a pesquisa da FGV para o início da década dos sessenta apresentou uma média diária de consumo "per capita" de 2.566 calorias, e isto representa menos de 5% em excesso do mínimo então recomendado (2.450 cal.). Porém, a mesma pesquisa indicou que aproximadamente quarenta por cento da população total tinha em 1960 deficiência calórica. Por escassez de informação não se distingue, na pesquisa da FGV, o que é consumido do que é ingerido. Tal distinção é feita pelo ENDEF. Contudo, não se sabe sobre a diferença do que é ingerido para o que é assimilado pelo organismo humano. A Região Nordeste (de acordo com a delimitação utilizada pela pesquisa da FGV, que não é a mesma utilizada na pesquisa do IBGE/ENDEF) detinha a mais ampla parcela de consumidores com deficiência calórica, atingindo, conforme o relatório da FGV, cerca de três quartos da amostra. Os dados relativos no Sul do País (inclusive São Paulo) evidenciam que esta era a região de melhor posição relativa³⁸.

A Tabela 20 demonstra a estreita dependência da condição nutricional com o nível de renda³⁹. Uma das conclusões mais importantes da pesquisa da FGV é que as famílias mais pobres tinham dietas extremamente deficientes em relação aos mínimos recomendáveis do ponto de vista médico.

Uma crítica que emerge da visualização dos perfis distributivos das amostras da FGV quando confrontados com a real distribuição de renda é o possível viés acentuado das amostras da pesquisa no sentido de subestimar e, assim, não conter uma fiel representação quantitativa das classes de baixa renda. Conseqüentemente, as médias de consumo calórico devem estar sobrestimadas para a população como um todo. Caso não estejam e se se admitir a hipótese de, na pesquisa da FGV, as médias de consumo calórico serem consistentes com o mundo real, e que isto também aconteça com os dados do ENDEF, então a evolução teria trajetórias terrivelmente declinantes no tocan-

³⁸ Realizando o corte rural-urbano, o relatório da FGV mostra que a situação calórica era crítica no Nordeste, independentemente do meio (rural ou urbano), ao contrário do Sul, onde os déficits só se apresentavam significativamente nas áreas urbanas. Na região Este, mais da metade da população urbana e um terço da população rural tinham inadequação calórica (vide especialmente pág. IX, FGV – *Food Consumption in Brazil*, op. cit.).

³⁹ Vide, a propósito, COELHO, Heloísa de Andrade Lima. *Estado Nutricional e Condições Sócio-Econômicas*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Nutrição da Universidade Federal de Pernambuco, orientada por Yony Sampaio, Recife, 1976, mimeo.

te a consumo calórico. Insiste-se, contudo, em ressaltar a fragilidade da comparação intertemporal por causa das metodologias não-uniformes utilizadas nas duas pesquisas em pauta.

A pesquisa ENDEF determinou, diferenciadamente entre as regiões, o nível de necessidades calóricas, baseado em diferenças de composição etária e de sexo, clima etc. Mesmo tendo sido determinado muito abaixo do da Região Sul, o nível da Região Nordeste é excedido em termos da média da ingestão calórica com uma margem bem menor do que naquela região. A margem de excesso da ingestão calórica em termos das necessidades no Nordeste é de 4,15%, no Sul é de 7,00% e no Rio de Janeiro é de 2,92% (vide Tabela 3.21). Por conseguinte, o Sul vem-se mantendo em situação bastante melhor do que as demais regiões consideradas, enquanto que a situação geral do Rio de Janeiro é ainda pior do que a do Nordeste.

É relevante lembrar o que foi ensinado pela pesquisa da F.G.V. sobre a margem de excesso da média calórica da população que, embora aparentemente pequena, significa que grande proporção da população é vítima de deficiência calórica. Consciente desta valiosa lição, as pequenas margens situadas acima de padrões médios recomendáveis, em vez de sugerirem adequados índices nutricionais para a população, devem antes ser entendidas como indicadores expressivos de amplas deficiências nutricionais, incidindo sobremaneira nas camadas pobres das populações regionais.

Isto se reflete nas medidas antropométricas da população nordestina, distanciadas das medidas das populações sulistas, bem como em expectativas de vida e indicadores de saúde diferenciados regionalmente, perversos para os nordestinos pobres.

Numa visão geral dos nutrientes, ressalta-se a avitaminose – A, crônica, especialmente no Nordeste, mas também no Sul, entre outras deficiências nutricionais.

Com a divulgação pelo IBGE, que já se mostra imprescindível do ponto de vista social, do cruzamento dos estratos de renda com o consumo calórico e de nutrientes,

“... então será possível contornar alguns obstáculos que as médias colocam entre os números e a realidade e eliminar qualquer resquício dualista do tipo Nordeste-Sul, pois ficará claro que no “sul-maravilha”

TABELA 20
BRASIL E REGIÕES
CONSUMO DE CALORIAS EM 1960

RENDA FAMILIAR ANULA (Cr\$) ¹	BRASIL		NORDESTE		ESTE (2)		SUL (3)	
	Pop.	Cal. Diária	Pop.	Cal. Diária	Pop.	Cal. Diária	Pop.	Cal. Diária
Total	70.967	2.566	21.286	2.207	24.833	2.575	24.848	2.772
Até 100	2.413	1.551	1.709	1.407	765	1.321	338	1.928
100 a 149	3.818	1.952	2.627	1.686	1.207	1.828	577	2.309
150 a 249	11.035	2.117	5.028	2.100	3.849	2.051	3.026	2.246
250 a 349	10.070	2.317	3.489	2.002	3.516	2.418	3.223	3.438
350 a 499	12.036	2.492	3.189	2.349	3.953	2.457	4.716	2.703
500 a 799	14.002	2.699	2.712	2.531	5.016	2.788	5.636	2.748
800 a 1.199	8.154	3.277	1.271	3.309	3.030	2.929	3.330	3.282
1.200 a 2.499	7.168	3.360	1.001	3.286	2.622	3.157	3.046	3.601
2.500 e +	2.271	3.855	262	3.548	874	3.891	957	4.024

FONTE: Tabela 4 da pág. 5 e Tabela 12 da pág 16 da FGV, *Food Consumption in Brazil: Family Budget Surveys in the Early 1960's*, Peter Press, 1970.

Nota: A pesquisa de campo colheu informações no período de julho de 1961 a dezembro de 1963.

Obs:

(1) O salário mínimo anual variava de Cr\$ 100 a Cr\$ 160.

(2) Este = Sergipe + Bahia + Espírito Santo + Minas Gerais + Rio de Janeiro.

(3) Sul = São Paulo + Paraná + Santa Catarina + Rio Grande do Sul.

TABELA 21
Consumo de Calorias e Nutrientes por Comensal-Dia, Segundo os Alimentos,
com Indicação da Ingestão e da Percentagem em Relação às Necessidades
1974/5

Região	Especificação	Calorias	N U T R I M E N T O S							
			Proteínas	Cálcio	Ferro	V I T A M I N A S				
						A	B1	B2	PP	C
NE	Total do consumo	1.930,57	60,98	441,81	16,08	445,80	1,320	0,893	24,72	64,28
	Ingestão	1.898,56	59,73	435,38	17,78	442,05	1,297	0,880	24,24	63,55
	Necessidades	1.822,85	28,55	498,36	11,49	600,12	0,617	0,851	10,22	26,08
	% da Ingestão *	<u>104,15</u>	209,21	87,36	154,74	73,66	210,243	103,396	237,18	243,67
SUL	Total do consumo	2.418,99	72,04	529,26	15,61	467,63	1,244	1,039	29,64	64,06
	Ingestão	2.360,83	70,13	518,71	14,78	461,50	1,213	1,019	28,90	62,71
	Necessidades	2.206,31	31,14	497,51	11,15	618,65	0,709	0,977	11,73	26,46
	% da Ingestão	<u>107,00</u>	225,21	104,26	132,56	74,60	171,100	104,258	246,38	237,00
RJ	Total do consumo	2.132,95	67,20	462,48	14,20	684,42	0,975	1,040	28,25	69,13
	Ingestão	2.066,30	65,24	452,42	13,71	675,51	0,941	1,015	27,31	68,00
	Necessidades	2.007,62	29,92	494,04	11,20	636,06	0,699	0,963	11,56	26,93
	% da Ingestão	<u>102,92</u>	218,05	91,58	122,41	106,20	134,592	105,358	236,25	252,51

FONTE: IBGE/ENDEF: Estudo Nacional da Despesa Familiar; Consumo Alimentar — Antropometria
(Dados Preliminares), Rio, 1977; Região PNAD V (NE), I (RJ) e III (SUL)
Vide Tabela 1.A.

* Observação: em relação às necessidades.

existem grandes enclaves de pobreza de não fazer inveja a nenhum habitante das caatingas. . .”⁴⁰

9. Conclusões

Listam-se a seguir diversas conclusões advindas do exame da pobreza e riqueza das regiões, inclusive sobre o consumo de bens duráveis e sobre os cortes urbano e rural encetados:

- a) A pobreza absoluta, independentemente das várias formas em que foi definida, incide amplamente em todas as macrorregiões do país, mas é no Nordeste onde a incidência é maior, tanto na distribuição inter-regional dos pobres do país, quanto do ponto de vista da alta frequência de pobres na distribuição de renda inter-regional. A quantificação da pobreza revela-se desproporcional em relação à população economicamente ativa da região, sugerindo que é falso associar a pobreza regional à grande população nordestina.
- b) No Sudeste nuclear, onde se concentram os comandos das decisões econômicas e políticas, é onde vivem os mais ricos. Quanto mais alto é o nível de renda de delimitação, do que na PEA é ser rico, maior é a participação do Sudeste nuclear em relação às demais regiões, especialmente o Nordeste.
- c) A frequência de pobres em cada região conduz aproximadamente ao mesmo ordenamento das regiões que os critérios de renda “per capita” ou remuneração média da PEA. A regionalização com base na PNAD é bem mais própria do que a macrorregionalização das cinco regiões naturais. Convém destacar a primazia conjunta de Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal, seguida pelo Sul, pelo Sudeste periférico (Minas Gerais e Espírito Santo) e depois pelos vazios demográficos do Centro-Oeste (Mato Grosso e Goiás, sem o Distrito Federal) e do Norte e, finalmente o Nordeste. Na evolução histórica é mais apropriado observar a variação quantitativa dos desníveis regionais do que as mudanças de posição no ordenamento das regiões.

⁴⁰ Cf. ISTO É (Revista), 10/08/77, matéria assinada por Aluísio Maranhão, sob o título de Até na Comida, Disparidade. A referência desse jornalista ao “sul-maravilha” (aspas dele) certamente diz respeito ao conceito de sul-maravilha desenvolvido por Henfil.

Porém, ao se desagregarem a nível de Estados, observa-se que muitos deles variam de posição nos ordenamentos, especialmente os Estados localizados em torno da mediana, mas não os localizados nos extremos. No quadro temporal mais recente, o ordenamento dos Estados pelos critérios supracitados é um tanto independente do ordenamento obtido pelo critério de “fração da PEA sem rendimentos”, sendo o ordenamento das regiões ainda mais independente da “fração da PEA sem rendimentos” do que no caso dos Estados, sugerindo a importância dos meios de produção de cada área específica na determinação da parcela que trabalha sem remuneração monetária.

- d) A hipótese de que quanto mais rico o Estado menor será o grau de desigualdade, não é verdadeira, prejudicando a expectativa de que, no curso normal do desenvolvimento, desacelerem-se as desigualdades sociais em cada Estado. Contraria-se também a visão de que, quanto mais educada a região, menor seria o grau de desigualdade social. A variação da concentração de renda no período 1960-1970 foi, no Nordeste, quase idêntica à do país, sendo São Paulo a “região PNAD” onde mais se exacerbaram os desníveis sociais.
- e) Tanto pelo critério de remuneração média da PEA em 1970 quanto por incidência da pobreza interna, as RMs do Norte e do Nordeste são as mais pobres, refletindo corretamente a pobreza regional. As RMs de Recife e de Salvador, que ostentam os piores índices sumários de desigualdades, estão, de acordo com o critério de remuneração média, acima das de Belém e de Fortaleza. Por tal critério, a situação intermediária é a da RM de Belo Horizonte, no Sudeste periférico; a primazia é das RMs de São Paulo e do Rio de Janeiro (eixo principal da economia nacional), seguidas pelas RMs sulistas de Curitiba e de Porto Alegre. Dada a importância crescente das migrações para as regiões metropolitanas, destacando-se os fluxos intra-regionais, convém ressaltar que associar pobreza metropolitana à forte migração rural urbana precisa ser qualificado; tem sentido quando se considera apenas a migração recente. Contudo, na dinâmica do processo, os migrantes recentes têm renda média mais baixa do que os não-migrantes e os migrantes remotos sobrepujam a renda média dos não-migrantes. Independentemente do período da migração, a condição migratória contribui com a pobreza urbana basicamente pelo afluxo feminino e não pelo afluxo masculino.

- f) O tamanho urbano não é uma dimensão relevante para explicar a pobreza das cidades de porte médio ou grande que, na realidade, podem ser agrupadas segundo um critério regional, refletindo então a pobreza da região onde se encontram inseridas. As mais pobres se situam no Nordeste e as mais ricas em São Paulo ou no Sul do País. Nas cidades, observa-se alta correlação entre diversos indicadores de pobreza que orientam, basicamente, para a mesma hierarquização na rede urbana, da mais pobre à mais rica cidade. Concebido que nas cidades pobres o custo social de investir na infra-estrutura é maior do que em cidades ricas, chama-se a atenção da relevância dos critérios sociais para aplicação de fundos governamentais nas cidades, que visem principalmente às periferias urbanas onde se localizam os mais pobres.
- g) A forte desigualdade inter-regional de renda e riqueza se projeta nos padrões de consumo de bens duráveis, destacando-se o Sudeste como a região concentradora de riqueza e o Nordeste como a região concentradora de pobreza. Ademais, quanto mais supérfluo for o bem durável, isto é, menos essencial em termos das necessidades fundamentais do homem, maior será o seu consumo no Sudeste e menor no Nordeste. Em termos de região PNAD, as regiões de São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal são as que concentram os maiores padrões de consumo (vide, a propósito, a conclusão c, supra constata-da). Considerando separados o Sudeste periférico e o Sudeste nuclear, o consumo de bens duráveis no Brasil exhibe assimetria muito mais acentuada do que quando se considera um só Sudeste, globalmente. No prisma intra-regional, ampliam-se os diferenciais dos padrões de pobreza e riqueza, os quais se manifestam mais fortes do que aqueles revelados pelo prisma inter-regional. Dividindo-se o consumo de bens duráveis em três estratos de renda familiar, a saber, em termos de salários mínimos, até dois, entre dois e sete e maior do que sete, o Nordeste detém os menores percentuais de consumo para a quase totalidade dos bens duráveis, qualquer que seja o estrato; em cada um dos estratos de renda, os diferenciais inter-regionais aumentam quando se passa dos bens mais essenciais para os mais supérfluos; os padrões regionais convergem quando se vai da mais baixa às mais altas rendas familiares. Enfim, a pobreza é mais aguda como também mais extensa nas regiões pobres e os ricos das regiões pobres têm padrões de vida que se aproximam dos ricos das regiões ricas.

- h) Considerando que os padrões de consumo de calorias e nutrientes

são determinados pela renda familiar e que a renda é mal distribuída tanto inter-regionalmente quanto entre classes sociais, as médias de consumo calórico e de nutrientes, a despeito de situarem-se acima dos mínimos padrões recomendáveis, em vez de sugerirem adequados índices nutricionais para a população, devem antes ser tomadas como fortes indicadores de amplas deficiências nutricionais incidindo efetivamente nas camadas de baixa renda.

Abstract: In this article the author argues that development is a process that must persecute the satisfaction of basic needs for all the people. He admits that it is the wealthiness that determines the poorness. In this text are presented the regional results of an uneven development that is reflected by the distribution of income and wealth. Special attention is given to the lower limits of income class, because it is in those classes that the poorness and misery reflect all the degradation of the human being. This study also investigates the life condition of poor people in the urban and metropolitan areas. It investigates how the great inter-regional inequalities of income determine the level of consumption of durable goods, calories, and nourishment.

